

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/07/01

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
1	Ata nº 13/2015, da reunião de câmara de 2015/06/03			Aprovação
2	Moção - Política de utilização do aterro sanitário do Mato da Cruz			Aprovação
3	Atribuição de apoio financeiro no âmbito da realização do Colete Encarnado e da Feira Anual de Outubro, em 2015	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira		Aprovação
4	<del>Parque Linear Ribeirinho - Sistema de iluminação a energia solar</del>		<del>PRÓX. REUNIÃO</del>	<del>Discussão e análise</del>
5	Aquisição de serviços de gestão de cobranças, printing & finishing - Concurso público - Abertura de procedimento e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual	SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento		Aprovação
6	Protocolo de cedência em regime de comodato	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira		Aprovação
	<b>APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>			
7	Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município - Consulta pública			Aprovação
8	Inspeção periódica de ascensores - Avenida 5 de Outubro, nº 34 - Restituição de valor pago indevidamente	Administração do Condomínio	Alverca do Ribatejo	Aprovação
9	Pedido de isenção de pagamento de taxa	Mithós - "Histórias exemplares - Associação de Apoio à Multideficiência"	Vila Franca de Xira	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/07/01

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA</b>			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
10	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
11	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
12	Pagamentos autorizados			Conhecimento
13	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
14	Programa de rescisões por mútuo acordo na administração local - Técnico Superior	Armando Jorge Neves Bicho		Aprovação
15	Parecer prévio vinculativo e adjudicação do serviço - Ajuste direto do regime simplificado - Prestação de serviços no gabinete de apoio aos Srs. Vereadores da CDU			Aprovação
16	Contratação de serviços de limpeza das piscinas municipais e Complexo Municipal de Desporto, Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira e pavilhões municipais - Adjudicação	JLSM - Serviços Unipessoal, Lda		Aprovação
17	Aquisição de energia elétrica, em regime de mercado livre, para as instalações alimentadas em média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do Município - Anos 2015/2016 - Lotes 1 e 2 - Minuta do contrato	HEN - Serviços Energéticos, Lda		Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/07/01

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	<b>GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA</b>			
18	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
19	Confrontações dos lotes na planta do loteamento Casal do Lameiro, sito no Bom Retiro - Alvará de loteamento nº 13/69, de 25/09 - Retificação material da planta síntese	CA Imobiliário - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	Vila Franca de Xira	Aprovação
20	Receção provisória das obras de urbanização e redução da garantia bancária do loteamento da Raposeira - Verdelha de Baixo	Malonga - Construções, SA	Forte da Casa	Aprovação
	<b>OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS</b>			
21	Enquadramento paisagístico do loteamento do bairro Olival da Porta - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Vialonga	Aprovação
22	Recargas de pavimentos 2015 - Nomeação do coordenador de segurança em obra			Aprovação
23	Remodelação da rua Dr. Miguel Bombarda - 1ª fase - conta final	FCJ - Obras Públicas, Lda	Vila Franca de Xira	Aprovação
24	Requalificação da rua Luís de Camões - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Nicolau de Macedo, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
25	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	FCM - Cofragens & Construções, SA	Vialonga	Aprovação
26	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Alves Ribeiro, SA	Vialonga	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/07/01

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
27	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Casalva - Construções de Avô, Lda	Vialonga	Aprovação
28	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Construtora UDRA, Lda	Vialonga	Aprovação
29	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Tecnorém - Engenharia e Construções, SA	Vialonga	Aprovação
30	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Costeira - Engenharia e Construção, SA	Vialonga	Aprovação
31	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	CIP - Construção, SA	Vialonga	Aprovação
32	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Devolução do valor pago pelas peças do procedimento	Baião Pereira & Fernandes, Lda	Vialonga	Aprovação
33	Condicionamento de trânsito - Prova desportiva "1ª Corrida Cidade de Alverca" - Isenção de taxa	Associação Portugal Talents	Alverca do Ribatejo	Aprovação
34	Condicionamento de trânsito - Concentração de motards 2015 - Isenção de taxa	Moto Clube de Alhandra	Alhandra	Aprovação
35	Condicionamento de trânsito - V Mercado Medieval - Isenção de taxa	CBEI - Centro de Bem-Estar Infantil de Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Aprovação
36	Condicionamento de trânsito - 9º passeio de BTT/6ª caminhada escolar - Isenção de taxa	Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde	Castanheira do Ribatejo	Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9h30, do dia 2015/07/01

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
37	Condicionamento de trânsito - Festival de Folclore do Rancho Folclórico de Arcena - Desfile de ranchos folclóricos - Isenção de taxa	Casa do Povo de Arcena	Alverca do Ribatejo	Aprovação
38	Condicionamento de trânsito - 42º Cruzeiro do Tejo - Isenção de taxa	Secção Náutica do Alhandra Sporting Club		Aprovação
39	Condicionamento de trânsito - Evento de descidas de carrinhos de rolamentos - Alteração de data - Trancoso - Isenção de taxa	Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso	S. João dos Montes	Aprovação
40	Alteração ao Regulamento de Trânsito do Concelho - Anexo para a Freguesia de Vialonga - Discussão pública	Junta de Freguesia de Vialonga	Vialonga	Aprovação
	<b>AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
41	Programa Férias Desportivas de Verão 2015 - Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo	União Desportiva Vilafranquense		Aprovação
	<b>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>			
42	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/07/01

No dia um do mês de julho de dois mil e quinze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----  
. Fernando Paulo Ferreira; -----  
. Ana Lídia Alves Cardoso; -----  
. Rui Ribeiro Rei; -----  
. António José Sequeira Félix; -----  
. Aurélio dos Santos Marques; -----  
. José António da Silva de Oliveira; -----  
. Rui Miguel da Silva Pereira; -----  
. Maria de Fátima Pires Antunes; -----  
. Helena Pereira de Jesus. -----  
-----  
-----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 13h22, durante as respostas às questões colocadas no período antes da ordem do dia.-----  
-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Telma Alexandra Guerreiro Marques, Assistente Operacional.-----  
-----  
-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **002**

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Chefe do Gabinete-----

Dr. Renato Gonçalves-----

. Adjuntos-----

Jorge Zacarias-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenador-----

Dr. Cláudio Lotra-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

. Prestador de serviços de apoio ao gabinete-----

Dr. Luís Vasconcelos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EXPOSIÇÃO: "A ARTE NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – GRANDES OBRAS"

O Sr. Presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes, referindo que gostaria de transmitir algumas informações, começando por dizer que ontem o Sr. Cardeal-Patriarca de Lisboa esteve no concelho e visitou a exposição "A Arte no Concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras". O Sr. Cardeal não teve possibilidades de estar na inauguração desta exposição, mas fez questão de a visitar numa outra oportunidade, o que aconteceu ontem.-----

Muitas das peças expostas foram emprestadas pelas diversas paróquias do concelho, e são peças, algumas, que nunca tinham sido expostas ao público, sendo que o Sr. Cardeal, acompanhado pelos párocos do concelho, teve oportunidade de ouvir a explicação de um dos curadores dessa exposição, e crê que ficou bastante satisfeito com a exposição que teve oportunidade de ver ontem. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, começando por referir que, de facto, a exposição que está patente no museu municipal muito deixa orgulhoso o concelho de Vila Franca de Xira, e é demonstrativa dos valores que se têm no concelho, que muitas vezes são desconhecidos, quer da população em geral, quer especificamente dos estudantes e do corpo docente, o que é lamentável e deveria deixar de existir.-----

É de facto uma exposição que mostra aquilo que a câmara municipal e os seus técnicos conseguem fazer, e apraz aos membros da CDU que o Sr. Cardeal-Patriarca tenha vindo vê-la, porque é merecedora disso. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

A cerimónia de entrega dos prémios será no dia 9 de julho, em Braga, sendo que, entre tantas candidaturas que foram apresentadas por muitos municípios do país, Vila Franca de Xira é de facto um dos 36 nomeados, e fica a aguardar para saber que prémio lhe vai ser distribuído.-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Também gostariam de dar os parabéns à Junta de Freguesia de Vialonga pela homenagem que fez à orquestra de Vialonga, que deixou bem patente, na noite de sábado passado, que no concelho a música é uma das áreas bastante trabalhada, e que a deixa à altura de qualquer orquestra sinfónica, como se viu bem no sábado à noite.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
CONTROLO PRÉVIO DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO Nº 37/2014, ABRANGENDO  
AS EMPRESAS SUMA/MOTA-ENGIL E EGF – PROJETO DE DECISÃO DE NÃO OPOSIÇÃO  
À OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que o município remeteu à Autoridade da  
Concorrência, no dia 29 de junho, a posição da câmara municipal, contrária à  
decisão daquele organismo, de não oposição à operação de concentração  
empresarial que abrange a SUMA-MOTA ENGIL e a EFG.-----

O documento, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata,  
consta nas pastas dos Srs. Vereadores, é extenso, e os Srs. Vereadores terão  
oportunidade de o analisar. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, referindo que ontem houve uma iniciativa pública na qual estive, em representação do próprio, o Sr. Vereador António Félix, também administrador dos SMAS, relativa a uma tomada de posição contrária ao novo Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que decorreu de manhã, e foi promovida pela Área Metropolitana de Lisboa. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, referindo que na próxima sexta-feira começa mais um Colete Encarnado, julga que estão todos preparados para a festa, e espera que todos se divirtam muito, porque estas também são alturas para se confraternizar, e é isso que vai acontecer, como acontece de há muitos anos a esta parte.-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_

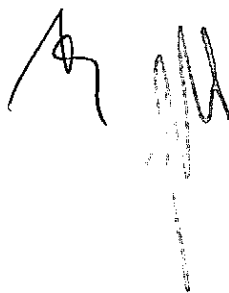
Depois, o projeto de regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e prestação de serviços, que visa garantir a segurança e qualidade de vida dos cidadãos.-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
QUEIXA SOBRE RUÍDO EM ESTABELECIMENTO SITO NA PRACETA VÍTOR HUGO –  
PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, reportando-se a uma queixa que chegou e já foi colocada pelos membros da CDU na reunião de 12 de março deste ano, que tinha a ver com o ruído que se fazia sentir na freguesia da Póvoa de Santa Iria, relativamente a um estabelecimento que se encontra numa cave. -----

Assim, gostariam de perceber se já foi feita alguma coisa, alguma vistoria ao estabelecimento, e quais foram as conclusões retiradas dessa vistoria.-----

Este edifício situa-se na praça Vítor Hugo, é um estabelecimento que tem o horário de funcionamento até às 2h00 da manhã, e no entender que têm dever-se-ia repensar o horário de funcionamento de alguns estabelecimentos, nomeadamente dos quiosques de rua, aos quais são dadas licenças até às 2h00 da manhã, e depois provocam algum mau estar em quem mora perto.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê que depois o Sr. Vice-Presidente terá alguma informação para dar, na medida em que é um processo que está na consultoria Jurídica da câmara municipal, no sentido de se encontrar uma solução.-

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que esta questão diz respeito a um processo concreto de queixa, e não tem muita informação sobre a matéria, até porque respeita a uma queixa e implica sempre particulares. -----

Contudo, dá só conta que sob o ponto de vista processual foi feita uma primeira medição relativamente ao ruído, que não deu valores de violação de ruído. Foi sugerida uma segunda medição, que a pessoa depois não quis que se fizesse. -----

A polícia, relativamente às questões que foram levantadas, não confirma os incumprimentos levantados na queixa, de qualquer das formas é um processo que não está encerrado, está aberto, e é natural, à medida que possa haver mais informação, que se contacte a PSP, e se o queixoso quiser fazer uma segunda medida, que a câmara municipal sugeriu, está-se também disponível para isso.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que o “e-mail” que o município enviou aos vereadores da CDU também o enviou para o Sr. Presidente e para todos os Srs. Vereadores.-----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse que o senhor não quis fazer outra



Deliberação nº

Portanto, pensa que não é assim nada do outro mundo, e todos ficavam bem na fotografia. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \* 014

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CARTÃO DE UTILIZADOR DOS PAVILHÕES E PISCINAS MUNICIPAIS -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo-se ao cartão de utilizador dos pavilhões e piscinas municipais. -----

Os membros da CDU percebem que seja necessária a aquisição de um cartão para quem usufrui, quer das piscinas, quer dos pavilhões municipais, duma forma regular, isto é, faz sentido que alguém que pratica natação nas horas da câmara municipal, ou alguém que usufrui de classes de ginástica pela câmara municipal, tenha o cartão de utilizador. -----

Agora, não lhes parece que faça muito sentido que alguém, de uma forma esporádica, utiliza, nomeadamente as piscinas, para fazer a prática livre de natação, sem pertencer a nenhuma classe, e que o pode fazer até 2 horas, pelo valor de 2,60€, se a memória não a engana, tenha que pagar este cartão no valor de 3,50€, e que depois, a partir daí, esse cartão, que nem sequer lhe é dado na altura, mas é logo pago, não lhe sirva absolutamente para nada. -----

Portanto, é um valor que encarece a utilização, sendo que, se uma família que passa pelo concelho quiser nadar durante 2 horas nas piscinas municipais, se for constituída por 4 elementos, só em cartões vai pagar 14,00€.-----

Crê que há 6 ou 7 anos atrás esta situação do cartão não se colocava, era vendida uma senha em que a pessoa podia utilizar a piscina durante aquelas 2 horas sem mais encargos, e encarece de facto a utilização, levando a que muitos utentes o deixem de fazer, porque não faz sentido. -----

Desta forma, deixa um alerta, para se poder analisar a questão mais tarde. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma questão pertinente, e vai analisar com o Sr. Vereador António Félix, porque pensa que tem sentido. Uma coisa é a utilização regular, enquadrada, inclusivamente, por associações, etc., e aí exige um cartão de fidelização, em que quem está na portaria já conhece as pessoas, outra é uma utilização esporádica, pelo que lhe parece que tem sentido o que a Srª Vereadora disse, e vai analisar isso com o Sr. Vereador António Félix. -----

-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RELOCALIZAÇÃO DAS PISCINAS DE VIALONGA-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU já têm ouvido uma questão algumas vezes, e gostariam de colocar o problema da realocação das piscinas de Vialonga. Foi já uma questão colocada pelo Sr. Presidente ao Movimento Jardim Parque Urbano da Quinta da Flamengo, e foi colocada pelo partido do Sr. Presidente na última assembleia de freguesia, em Vialonga, sobre a necessidade da realocação das piscinas de Vialonga.-----

Neste sentido, irá deixar uma análise feita pela CDU.-----

A piscina de Vialonga é necessária, todos a colocaram no programa eleitoral, todos, até agora, nunca questionaram a sua localização, e de repente, vendo agora o jardim-parque, parece que alguns têm dificuldade em vê-la enquadrada naquele jardim.-----

Deixam a preocupação que têm, para que este novo argumento não sirva para "empurrar com a barriga" o problema, da necessidade premente, já justificada pela própria Carta Desportiva, da construção da piscina na freguesia de Vialonga. Portanto, que não seja pela realocação que se encontre o argumento para estar mais 10 anos à espera do novo projeto, do novo lugar, e a freguesia de Vialonga à espera de uma piscina que, mais do que precisa, tem de facto urgência e é merecedora de tal.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que nunca esteve no seu espírito que encontrasse um argumento para adiar, não sabe por quantos anos ou quanto tempo, a construção da piscina de Vialonga.-----

Trouxe o assunto para a reflexão, da possibilidade de encontrar um outro espaço para implantação da piscina, para que o parque urbano da Flamengo seja um parque urbano ainda melhor do que aquilo que está previsto. Foi somente isso, e não se vai refugiar em argumentos, porque também não é esse o seu estilo, é única e simplesmente encontrar uma solução que seja benéfica nos dois sentidos.--

Teve-se, de facto, uma reunião com a comissão e o Sr. Presidente da junta, onde esta matéria foi falada, e onde fez a proposta e sugeriu. A ideia, em si, foi bem aceite, e se se chegar à conclusão que a piscina tem que ficar ali, ficará ali.-----

O terreno destinado para a piscina é aquele, se se conseguir encontrar outra



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Portanto, não é nenhum argumento, o argumento é somente encontrar uma solução melhor. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO – VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes e começando por falar da situação do Tribunal do Comércio, em Vila Franca de Xira. -----

Por mais do que uma vez, quando questionado pela CDU, o Sr. Presidente informou que não estão a ser nada fáceis as diligências com a tutela, no sentido de garantir a efetiva instalação do Tribunal do Comércio no concelho de Vila Franca de Xira. ----  
Existirão motivos, que se calhar até a própria razão desconhece, no entanto o que os membros da CDU sabem é que, com esta decisão política, o atual Governo continua a lesar os interesses do concelho, prejudicando, como é óbvio, o acesso às condições de justiça no que aos cidadãos e empresas diz respeito.-----

Sobre isso já teceram vários comentários e formularam opinião política, mas há algo que precisava de ser rápido e urgentemente explicado pelo Sr. Presidente, que os informa com regularidade que tem mantido conversas e reuniões com esses representantes. -----

Parece ficar no ar a disponibilidade do município para encontrar uma solução que envolva inclusivamente compensações financeiras para a construção, ou de um edifício de raiz, ou adaptação de algo existente, ou pura e simplesmente para a instalação do tribunal no concelho.-----

Gostariam de saber, de uma forma muito concreta, se o Sr. Presidente, no rol dessas negociações, discussões e encontros institucionais, alguma vez terá assumido, em nome do município de Vila Franca de Xira, qualquer tipo de encargo financeiro relativamente ao Tribunal do Comércio. A pergunta é simples, portanto, responde-se sim ou não. -----

Em função da resposta que o Sr. Presidente der a informar a câmara municipal, os membros da CDU reservam-se no direito de dar a opinião que têm.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo, tal e qual como a CDU também colocou a questão, que os membros da Coligação Novo Rumo já a colocaram há um mês, no sentido de saber sobre o ponto de situação do Tribunal do Comércio. -----

Passou um mês, não sabem nada, como o Sr. Presidente sabe, o ano judicial vai



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 018

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

terminar agora a 15 de julho, e dever-se-ia arrancar em setembro com a situação do tribunal resolvida. Anda-se a falar há longos meses, senão há anos, pelo que, mais uma vez, pedem que o Sr. Presidente os esclareça do ponto de situação do Tribunal do Comércio, e quando é que será instalado em Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Vereador Nuno Libório e à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que é preciso situar as coisas, e se alguém esteve mal nisto foi a Srª Ministra da Justiça, que foi responsável por uma portaria que dizia, claramente, que o Tribunal do Comércio vinha para Vila Franca de Xira, sem cuidar se tinha condições para isso ou não. Claro que não foi a Srª Ministra, há um Sr. Secretário de Estado, há outra gente da hierarquia, mas naturalmente, para o bem e para o mal, está a visar a Srª Ministra, que provavelmente nem tinha noção nenhuma se havia condições ou não.-----

Há questões de planeamento, do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça - IGFEJ, e evidentemente que foi um planeamento deficiente, que julga que foi pela exigência temporal que a Srª Ministra colocou. O ano judicial podia ter começado como estava, e depois, com tempo, com serenidade, encontrar soluções. Não foi essa a decisão, a decisão foi uma decisão política, de começar, começar, começar, que depois deu o que deu, como o estado de sítio que tudo isso acarretou. São questões de carácter geral, o que interesse é focarem-se em Vila Franca de Xira, e quando essa matéria foi falada existia uma portaria, e a única coisa que se tinha que fazer era cumprir a portaria.-----

Depois começam as questões, o Tribunal do Comércio não cabia no atual Palácio da Justiça, não havia condições para encontrar outro local, e o Sr. Administrador e o Sr. Juiz vieram a Vila Franca de Xira a uma reunião, para pedirem à câmara municipal meios humanos e equipamento para transportarem os processos para Loures. O que disse foi que nem sabia classificar o que estavam a dizer, porque em termos formais nunca houve, até àquele momento, uma informação à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em que o Tribunal do Comércio não vinha para Vila Franca de Xira, ia para outro sítio qualquer. Nem isso tiveram a decência de fazer, e nessa reunião perguntou porque é que queriam levar os processos para Loures, se o Tribunal do Comércio não vinha para Vila Franca de Xira e se estavam em condições de dizer formalmente que o tribunal não vinha. O Sr. Administrador e o



Sr. Juiz ficaram nas “meias tintas”, e confessaram que sim. -----

Este é o início da questão, a Srª Ministra maltratou ou tratou mal este assunto, porque, se não tinha condições ou se, em termos de planeamento, não conseguiu salvaguardar as questões, não devia ter posto na portaria que o Tribunal do Comércio vinha para Vila Franca de Xira. É tão simples como isso, mas agora dizer que a culpa é da câmara municipal, o que diz é que a câmara municipal o que tem feito são reuniões com o Sr. Secretário de Estado, com o anterior titular do instituto e a atual titular. -----



Mais uma vez, respondendo ao Sr. Vereador, o presidente da câmara não assumiu coisa nenhuma, porque não pode, não tem competência para tal, como o Sr. Vereador sabe, e qualquer decisão que se tome tem que vir em sede de reunião de câmara para se tomar conta duma proposta que o presidente da câmara faça, que pode ser aprovada ou não. Aliás, como é sempre assim.-----

Agora, a câmara municipal tem o pensamento, e este executivo continuará a ter, mas outros poderão ter outro qualquer, de manter sempre disponibilidade para encontrar soluções que tenham em vista o interesse da população. A Srª Ministra fez o que fez, e o executivo agora tem de “colar os çacos” do estrago que foi feito. O que pretende dizer é que a câmara municipal continua disponível, como sempre esteve, não só na área da saúde, segurança, educação ou outras, e até na própria área da justiça, como esteve no passado, quando se quis que o Tribunal de Família fosse para Arruda, mas até parece que há uma mala-pata qualquer, porque o Tribunal de Família teve para ir para Arruda. Não sabe quem é que inventou esta coisa, mas o que é um facto é que teve. Depois, quanto ao que aconteceu, a câmara municipal lá teve que ir entrar com centenas de milhares de euros para que o Tribunal de Família ficasse em Vila Franca de Xira. -----

Ora, isto não é exigível, não é sério, e estas questões não se tratam assim. Por isso, a câmara municipal, nas reuniões que tem tido, sobretudo com esta nova responsável do IGFEJ, que conhece bem o território do concelho, trabalhou cá muitos anos, a Drª Juíza Albertina Pedroso, e certamente que a Srª Vereadora privou com ela, tem vindo a falar, e inclusivamente já estava disponível para que o Tribunal do Comércio fosse para o Depósito da Justiça em Povos. -----

Como a Srª Vereadora sabe, foi uma proposta colocada ao Sr. Secretário de Estado,



que lhe disse que não podia ser, porque não tinha dignidade, e porque não tinha centralidade. Colocou-se a possibilidade de adaptar o edifício do Vilafranca Centro, também foi dito que não tinha dignidade, e já não era um problema de centralidade, porque estava mesmo em frente ao Palácio da Justiça. -----

Quanto ao que aconteceu, o ministério, como estava a pagar um valor absolutamente absurdo para o depósito, fez uma alteração em termos dos espaços que estavam arrendados para que a renda baixasse consideravelmente, o que tem todo o sentido. Não tem a certeza, mas eram alguns 70 000,00€ por mês, e não tinha sentido uma renda destas, que era boa para o proprietário, mas para o erário público não era. -----

Portanto, estudou-se a possibilidade do Tribunal do Comércio ir para o depósito, mas como o contrato de arrendamento já tinha sido alterado, e um espaço significativo deixou de estar arrendado pelo Ministério da Justiça, também já não havia espaço para a instalação do Tribunal do Comércio. Aquilo que deveria ter sido uma decisão logo à partida, que era o Tribunal do Comércio ter ido para o depósito, e nessa altura o espaço estava todo arrendado, deixou de ser possibilidade, pelas razões que referiu. -----

Portanto, a Drª Juíza comungava da ideia de que o Tribunal do Comércio devia ficar no depósito, ao contrário doutros, porque é tudo muito estranho, “às duas por três” manda tudo, menos quem deve mandar, que é a Srª Ministra, e as hierarquias intermédias tomam decisões que por vezes ultrapassam os decisores políticos, e depois dá uma barafunda tremenda, que é o caso que se tem entre mãos. -----

Em conclusão, a Drª Juíza Albertina Pedroso colocou uma possibilidade, que se está a estudar internamente, em termos financeiros, no sentido de ver se é possível ou não. Está-se a estudar, e depois dessa análise, que tem contornos financeiros, e também já foi estudada pelo Ministério das Finanças, mas tem ainda algumas dúvidas, e quando tiver certezas trará uma resposta a reunião de câmara para avaliação de uma solução. -----

Não vai adiantar mais, na medida em que é uma situação ainda embrionária. Agora, a câmara municipal sempre esteve a trabalhar neste processo, e não tem que “andar em bicos de pés”, a dizer que está a fazer isto ou aquilo, mais valendo, quando publicamente o disser, o diga convictamente, porque tem condições para

*[Handwritten signatures]*

apresentar uma proposta em reunião de câmara.-----

Assim, o presidente da câmara está a fazer aquilo que lhe compete, embora muitas vezes contrariado, porque não tem que ser a câmara municipal a estar a pagar fogos que outros incendiaram. Contudo, como há um fator mais importante que tudo isso, que são os interesses da população, a câmara municipal está a tentar encontrar uma solução, como já disse, que irá trazer a reunião de câmara, se tecnicamente e financeiramente se enquadrar.-----

É o que pode dizer neste momento, não pode adiantar mais do que isto, a não ser que a câmara municipal, neste tempo, tem feito o trabalho que lhe compete fazer.-

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não vale a pena estar nesta troca de diálogos, porque os membros da CDU sentem que, mais vezes do que aquelas que habitualmente deveriam acontecer, o Sr. Presidente, por opção, não responde diretamente às questões colocadas pela vereação da CDU. -----

A propósito da questão do Tribunal do Comércio, o Sr. Presidente confirma uma vez mais que há negociações, que há conversas com a tutela que poderão envolver responsabilidades financeiras para o município. Já perceberam isso, e também já têm a consciência, há muito tempo, porque fizeram parte dessa proposta, que o Sr. Presidente, no uso das suas competências, não está habilitado politicamente para tomar determinado tipo de decisões sem o escrutínio prévio da câmara municipal. -

Interveio o Sr. Presidente, perguntando onde é que o próprio tomou uma decisão dessas sem vir a reunião de câmara, pois não está a perceber o problema do Sr. Vereador.-----

O Sr. Vereador interveio de novo, referindo que se o Sr. Presidente lhe der a oportunidade de ouvir, seguramente compreenderá aquilo que lhe quer transmitir, ao que o Sr. Presidente referiu que o que o Sr. Vereador está a dizer não corresponde minimamente à realidade, e por isso tem o direito de o corrigir.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório prosseguiu, dizendo que o Sr. Presidente tem todo o direito que lhe assiste, mas há um direito que não lhe assiste, que é pôr na sua boca palavras que o próprio não proferiu, pedindo-lhe o devido cuidado.-----

O Sr. Presidente respondeu, sugerindo ao Sr. Vereador para ir ouvir a gravação. ----

Continuou o Sr. Vereador, pedindo um pouco de respeito pela bancada da CDU. ----

O Sr. Presidente respondeu que tem todo o respeito, mas o Sr. Vereador também

tem que ter respeito pelo próprio, sendo que o Sr. Vereador está a dizer coisas que não correspondem, pelo que lhe pergunta o que quer que o próprio lhe diga. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório prosseguiu, dizendo que sabe que há uma tentativa, da parte do Sr. Presidente, para tentar condicionar a sua intervenção, ao que o Sr. Presidente respondeu que não está a condicionar nada e o Sr. Vereador já está na câmara municipal há muitos anos, e não fica condicionado assim.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador, pedindo ao Sr. Presidente que não fique com esse sentimento, porque não consegue chegar a esse objetivo.-----

Continuou, pedindo, de forma muito clara, e por favor, e já está a colocar a questão nestes termos, que o Sr. Presidente se digne a responder se há ou não encargos previsíveis para o município.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que já respondeu a isso, pelo que questiona o que é que o Sr. Vereador quer que lhe diga mais.-----

Pediu o Sr. Vereador Nuno Libório ao Sr. Presidente para não ficar nervoso, ao que este perguntou se o Sr. Vereador julga que o próprio é papagaio, para estar sempre a dizer a mesma coisa. É presidente da câmara, não é papagaio.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo mais uma vez ao Sr. Presidente para não ficar nervoso, não há necessidade, pois não está com essa intenção, apenas quer, em nome da verdade dos factos, que o Sr. Presidente informe, e não é só a vereação da CDU, é a população do concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não há mais nada a responder, pois já respondeu.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador, perguntando se está envolvido algum compromisso de natureza financeira ou alguma expectativa por parte da tutela relativamente a essa matéria.-----

O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que não há mais resposta a isso.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador, referindo que, se não há, deve dizer que não se compreende o teor das justificações do Sr. Presidente e de toda esta intranquilidade da sua parte. -----

Perguntou o Sr. Presidente qual intranquilidade, pois teve a preocupação de responder de uma forma que às vezes os seus camaradas até dizem que é excessiva. Prefere ser excessivo, mas teve, na intervenção sobre esta matéria,

ocasião de dizer, de uma forma muito circunstanciada, o que se está a passar, e não percebe o que é que o Sr. Vereador quer mais. -----

Interveio o Sr. Vereador, dizendo que essa é a opinião do Sr. Presidente, que deve dar direito a que outros possam não concordar, porque será um erro básico por parte da sua pessoa, ou de qualquer outra. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que obviamente que sim, mas o Sr. Vereador não pode é estar a pedir mais informação, porque já lhe respondeu. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, para dizer que por respeito às pessoas que estão presentes, e ao Sr. Presidente em particular, pede-lhe que não interrompa a sua intervenção. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador deve é ter respeito por si próprio, em primeiro lugar, que está sempre a perguntar a mesma coisa. Não sabe o que é que quer que lhe diga mais, pois já lhe respondeu, e não vai responder mais do que aquilo que já respondeu. -----

Interveio o Sr. Vereador, dizendo que é um direito que assiste ao Sr. Presidente não querer responder, mas não pode é proibir a CDU de colocar questões, ao que o Sr. Presidente disse que já respondeu, e o Sr. Vereador quer que lhe diga algo que não sabe muito bem o que é que quer. -----

Interveio o Sr. Vereador, referindo que está muito bem, pedindo para terminar, concluindo que portanto esta questão fica sem resposta, ao que o Sr. Presidente respondeu que isso é mentira, que isso não é verdade. -----



Disse o Sr. Vereador que está muito bem, é a opinião do Sr. Presidente, diferente da sua e da bancada da CDU. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que com certeza, mas não quer dizer que aquilo que o Sr. Vereador está a dizer seja verdadeiro, porque não é. Já respondeu, pelo que o Sr. Vereador vá ver na ata, oiça e leia. -----

O Sr. Vereador interveio novamente, para dizer que o Sr. Presidente está a aumentar o tom, e pede-lhe, por uma questão de respeito pelos presentes, onde o próprio se inclui, que não enverede por essa situação. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não está, o Sr. Vereador é que está a repisar numa coisa que não tem sentido nenhum. -----

Interveio o Sr. Vereador, referindo que vai tentar continuar. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que pensa que quase todos os Srs. Vereadores, a câmara municipal, em peso, têm vindo a marcar presença em diversos atos institucionais, que felizmente têm acontecido nas últimas semanas e últimos dias, no concelho de Vila Franca de Xira, e a propósito do Dia da Cidade de Vila Franca de Xira, que aconteceu muito recentemente, o Sr. Presidente, uma vez mais, dirigindo-se aos munícipes e a todos os que se encontravam presentes, voltou a garantir que por parte do município continuará a haver disponibilidade para empreender o processo de requalificação da zona ribeirinha.-----

Seguramente estarão todos de acordo, e a CDU está de acordo com isso, porém, depois, na forma como se concretizam esses projetos e intenções, divergem muitas das vezes das opções do PS, porque, por norma, aparecem “encavalitadas” em processos de natureza urbanística ou de especulação imobiliária.-----

À parte dessa questão, o Sr. Presidente volta a informar que é intenção da câmara municipal continuar a requalificação da zona ribeirinha, zona sul. Assim, questiona se foi uma distração do momento, ou se têm sido algumas distrações do mesmo nos últimos tempos, ou se de facto a requalificação da zona ribeirinha, incluindo Vila Franca de Xira, e refere-se, por exemplo, ao parque que estava previsto no âmbito da UD4, às portas da entrada da cidade, indo até à Vala do Carregado, deixou de constar de prioridade do município nos termos do investimento programado para os próximos anos. -----

Pensa que os membros da CDU vão encontrar a resposta a essa situação se o Sr. Presidente se dignar a dar-lhes uma informação. Sabem que no dia 21 de maio, ao abrigo de uma candidatura comum da Área Metropolitana de Lisboa, que se denomina “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa”, os municípios apresentaram pré-propostas de investimento ao Quadro Comunitário de Apoio. -----

Gostariam de ter acesso a essa informação, e perguntam, de uma forma simples e direta, que projetos de investimento o município assumiu no quadro da Área Metropolitana de Lisboa? Nesse rol de projetos de investimento consta ou não a requalificação da zona ribeirinha? Em que termos? Em que condições financeiras? --

*[Handwritten signature]*



Interveio o Sr. Presidente, dizendo que muitas vezes ouve-se aquilo que se quer, não se houve exatamente aquilo que se diz, e o próprio teve ocasião de dizer e dar os parabéns à junta de freguesia por ter escolhido um espaço tão aprazível e bom para fazer aquela sessão solene. Disse que aquele espaço aconteceu pelo trabalho que tem vindo a ser feito ao longo dos anos, em termos de requalificação da zona ribeirinha, bem como que era um trabalho em que o executivo PS está a trabalhar para ter continuidade. Depois, falou numa coisa que o Sr. Vereador devia ter retido, e parece que não reteve, mas às vezes não se retém tudo, o que acontece consigo, pois também já ouve mal às vezes, por deficiência auditiva, e não por outra razão, já que não é seletiva. Falou que se têm 23km de zona ribeirinha, e os 23km de zona ribeirinha são desde a Vala do Carregado até à Póvoa de Santa Iria, na fronteira com o concelho de Loures. Falou em 23km, e disse que o executivo tem um sonho para décadas, que é interligar todos estes 23km. Foi o que disse, pelo que não está ninguém excluído. -----

Agora, falou neste aspeto, porque é um trabalho que está a decorrer, de uma candidatura intermunicipal, que é aquilo que se tem de fazer no futuro. O território termina e não existe mais nada? Não é assim, tem que se trabalhar com os outros concelhos contíguos ao de Vila Franca de Xira, e é assim que certamente se conseguirá ir mais longe. O trabalho que se está a fazer com Loures, principalmente com Loures, mas também com Lisboa, é justamente para ir mais longe, ir até ao Parque das Nações, e a população desses territórios também vir até Vila Franca de Xira. -----

Quanto ao território norte, já houve reuniões técnicas com a Câmara Municipal de Alenquer no sentido de interligar a zona da Vala do Carregado com Alenquer. Portanto, existem atas, tudo isto está documentado, pelo que não foi esquecimento, nada move o executivo contra ninguém, move-lhe sim aquilo que é essencial, que é requalificar o território do concelho. -----

Depois, dará também informação daquilo em que se tem vindo a trabalhar no âmbito do Conselho Metropolitano de Lisboa. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a pergunta continua sem resposta, porque parece-lhe que, até infelizmente, tendo em conta a disponibilidade financeira desta candidatura, do "Pacto para o Desenvolvimento e



Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa”, por aquilo que é dado a conhecer aos membros da CDU, são escassos os fundos financeiros previsíveis para a Área Metropolitana de Lisboa. -----

Perguntou o Sr. Presidente se por culpa do executivo da câmara municipal, ao que o Sr. Vereador respondeu que não, mas tem a ver, por exemplo, com a negociação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que muito prejudicou a estabilidade, nas condições de acesso aos fundos de acesso financeiro. -----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para não dizer isso, o Sr. Vereador não está lá, e não deve estar a dizer uma coisa que não sabe. Está a inventar, está bem, está certo, está a dizer coisas. Mas qual instabilidade? Há consensos absolutos, há discussão política naquele órgão, mas há, sobre as matérias comuns, grande solidariedade e convergência. Assim, o Sr. Vereador está a dizer coisas que não sabe. -----

Interveio o Sr. Vereador, mencionando que não vai comentar os comentários do Sr. Presidente, porque não passam disso mesmo. Portanto, nesse quadro de propostas que o município de Vila Franca de Xira entregou no dia 21 de maio, ou por algures desta data, constam propostas de investimento eventualmente na zona ribeirinha, e os membros da CDU perguntaram, de uma forma muito simples, se há ou não investimento previsto por parte do município na zona ribeirinha norte, incluindo Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo. -----

Portanto, o Sr. Presidente certamente não se recordará, mas a seu tempo entregará essa informação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que também já respondeu a essa matéria. -----

O Sr. Vereador interveio, referindo, para terminar, uma questão final, que não é para rematar. -----

Considera que é um erro de princípio, sobre o modo de funcionamento da câmara municipal, seja ela qual for, pois não é preciso estarem todos de acordo para encontrar as melhores soluções, e também é um erro básico, pensar que, “se não pensar como eu, está contra mim”, pelo que pede que o Sr. Presidente doravante tenha isso em consideração, tendo em conta as responsabilidades que desempenha na condução destas reuniões, bem como no desenvolvimento do concelho de Vila Franca de Xira. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Presidente, retribuindo a dobrar o que o Sr. Vereador disse, pois se alguém, de facto, “se não é a meu favor, é contra mim”, é o PCP, não é o PS. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 028

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

LIMPEZA DE BERMAS NA ESTRADA NACIONAL 10 -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se à conservação na EN10, dizendo que constatam todos que, provavelmente, no âmbito de uma outra empreitada, supostamente a cargo da Infraestruturas de Portugal, está em curso a limpeza de bermas e taludes. Assim, a pergunta dos membros da CDU é simples: Essa intervenção abrange todo o concelho? É efetivamente paga pela Infraestruturas de Portugal? Depois, e seguramente que não será da competência da câmara municipal responder, mas fica a pergunta, por que razão é que esta empreitada de conservação de bermas, passeios e taludes não foi feita no âmbito da requalificação da estrada, que aconteceu há poucas semanas ou poucos meses? Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador não esteve na última reunião, e esta matéria foi colocada pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, salvo erro. -----



O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, mencionando que esteve.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo que se o Sr. Vereador esteve na reunião então ouviu o que o próprio disse sobre as bermas, da sua limpeza nas estradas nacionais. Já respondeu a isso na última reunião de câmara, mas pode repetir, não tem problema nenhum.-----

Aquilo que disse, e vai repetir, é que na última reunião que teve com, agora, a Infraestruturas de Portugal, foi que a câmara municipal está disponível para celebrar um protocolo com esta nova empresa, no sentido de assumir a desmatção, mas têm que lhe pagar, como é evidente, sendo que a autarquia já faz algumas coisas que não lhe competem. -----

Portanto, é uma proposta que lá está, está escrita, entregue, as zonas estão identificadas, e espera que de facto a proposta tenha sucesso. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CASAL DO COTRIM E MORTAIS – ENCOSTA DO MOINHO – VIALONGA -----



Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os vereadores da CDU receberam a informação do gabinete do Sr. Presidente que já dispõem de informação relativamente à urbanização do Casal do Cotrim e Mortais, à data de 2012. Assim, ou não se fizeram explicar, ou, quanto à informação que lhes remeteram, e pensam que até poderia ter havido, da parte do gabinete do Sr. Presidente, uma atitude diferente para com o gabinete dos vereadores da CDU, é um lembrete, dizendo que já tinham essa informação. -----

A pergunta que fizeram, a propósito do Casal do Cotrim e Mortais, não foi saber os termos da urbanização, é saber uma coisa tão simples como esta: Desde 2012, até à presente data, existem ou não garantias bancárias? É tão simples quanto isto, porque nenhum tem formação, com a exceção talvez do Sr. Vereador Rui Pereira, e, pessoalmente, não tem formação na área para interpretar aquelas plantas. -----  
Contudo, voltaram a fazer esse esforço, até dando o benefício da dúvida que essa informação não constaria do processo, mas, como é óbvio, não consta, e querem saber, de uma forma simples, se há ou não garantias bancárias no âmbito da urbanização Encosta do Moinho. Se há, porque é que a câmara municipal não as resgata, infelizmente, substituindo-se ao promotor para fazer obras que constam do contrato de urbanização, dispondo dos meios legais para o efeito?-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que vai dar ao Sr. Vereador um documento para complementar o que já tem, e julga que com a sua leitura talvez o Sr. Vereador esclareça as questões que colocou.-----

Se mesmo assim houver dúvidas, tentará encontrar mais informação. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SEMANA DA CULTURA TAUROMÁQUICA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, referindo que já se está em festa desde sábado, embora só a partir de amanhã é que se atingirá o seu máximo. -----

Relativamente à Semana da Cultura Tauromáquica, havia uma ação no sábado passado, dia 27 de junho, às 10h30, o treino dos forcados, e segundo julga saber, não podendo afirmar categoricamente, pois não esteve presente, pensa que não se realizou, e pergunta porquê. -----



O que soube foi que os touros não eram os adequados para esta ação, e não vai especificar como deviam ser ou deixar de ser, para se ganhar tempo, mas gostaria de saber porque é que não se realizou esta ação, e quem é o responsável pela situação dos touros, se é a câmara municipal, se é outra qualquer entidade. -----

Depois, na reunião de 3 de junho, quando se falou do apoio à empresa da praça de touros, o próprio disse que até agora não tinha vindo, mas possivelmente, como era da praxe, viria, a questão do aluguer dos touros para as esperas. Era habitual vir o protocolo de cooperação, que em tempos foi com o Clube Taurino Vilafranquense e passou a ser com a Escola de Toureio José Falcão, mas, salvo erro ou omissão da sua parte, essa situação não veio. -----

Até ontem, ao fim da tarde, era isso que vinha perguntar hoje, mas tem mais uma coisa a acrescentar, porque mesmo ao fim da tarde tomou conhecimento, e tem a informação consigo, de um contrato entre a câmara municipal e a empresa Tauroleve. Quer já dizer que da parte da bancada do CDU não se coloca qualquer questão contra a Tauroleve, ou a câmara municipal, ou os valores, mas o que diz o contrato é que se outorga, no uso dos poderes conferidos pela alínea f), do nº 2, do artigo 35º da Lei nº 75/2013, e são 42 000,00€. -----

Os valores devem ser os que são normais, não está isso em causa, e tem que dizer que é assinado pelo Sr. Vereador, como se costuma chamar, “da massa”, talvez por delegação do Sr. Presidente. Pensa que será uma delegação do Sr. Presidente, mas se é assim, “que diabo”, não custava nada, como é habitual, trazer o assunto para conhecimento à reunião de câmara. -----

Continuou, referindo que quando se deu o apoio, e já vem de trás, à empresa da



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ 031

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

praça, na cláusula 5ª diz-se que a PPC - Paulo Pessoa de Carvalho, compromete-se a apoiar a associação da Escola de Toureio José Falcão nas suas organizações e iniciativas, visando a redução dos respetivos custos operacionais, nomeadamente no aluguer de gado bravo para os espetáculos taurinos para o ano 2015, e isso pressupunha que seria a Escola de Toureio José Falcão a fazer esta ação.-----



Sem entrar mais em delongas, certamente que o Sr. Presidente o vai esclarecer de toda esta situação. Porque é que não veio o assunto a reunião? Se é da delegação de competências do Sr. Presidente, conforme alínea f), do nº 2, do artigo 35º, como o próprio diz, também poderia ter dado conhecimento, porque pensa que não há nada a esconder, e não foi essa a intenção do Sr. Presidente, como era normal todos os anos, para as pessoas saberem. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo, sobre o treino de forcados, que aquilo que pode dizer é que se tentou fazer uma inovação, ou seja, que as pessoas tivessem condições de ver na Praça de Touros Palha Blanco um treino. Tratou-se o que se tinha que tratar, falou-se com o Dr. Ricardo Levezinho, da Tauroleve, no sentido de criar as condições para o efeito. O representante do grupo de forcados, Ricardo Castelo, esteve em contacto permanente e regular, e todas as questões foram tratadas. Portanto, toda a gente sabia o que era necessário, em termos dos touros ou novilhos que eram necessários para o efeito.-----

Da parte da câmara municipal essa matéria estava absolutamente resolvida, porque efetivamente tinha sido encontrada uma solução. Através das conversas havidas entre as partes o problema estava resolvido, porém, por uma razão que o próprio Dr. Ricardo Levezinho publicamente já referiu, houve um problema, e efetivamente os animais que vieram não eram adequados para um treino.-----

O treino não se pode realizar por isso, na medida em que o grupo, nesse fim de semana, ia estar numa corrida importante, e não podia ter nenhum problema num treino, um problema físico. Tomou essa decisão, que é respeitável, mas a câmara municipal não foi responsável. De facto é uma situação que não é agradável, mas em futura situação, se o grupo de forcados assim o entender ir-se-á manter o figurino e tentar encontrar outra solução, que eventualmente passará pelos próprios forcados, e aí já não haverá certamente nenhuma questão.-----

Relativamente às esperas, é o mesmo processo do ano passado, nem melhor, nem

pior, é igual. O processo o ano passado correu bem, pelo menos é o que dizem os especialistas, que não é o caso do próprio, mas é o do Sr. Vereador, que teve a hombridade de reconhecer que as coisas correram bem, o que também é agradável ouvir, reconhecer quando as coisas correm bem. Portanto, como o modelo correu bem, manteve-se, e por isso foi adjudicado conforme o ano passado, um contrato para que a Tauroleve trate de todo o processo, para que se tenham esperas que agradem à generalidade das pessoas. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo as explicações que o Sr. Presidente lhe deu, e antes de fazer, telegraficamente, duas ou três considerações sobre aquilo que disse, aproveita, pois esqueceu-se, em relação ao ano de 2013, 2014 e 2015, para pedir que o Sr. Presidente lhe faça chegar os protocolos, os contratos, os valores sobre o aluguer dos touros do Colete Encarnado, tudo o que tenha da escola de toureio. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não se importa nada de enviar esses documentos.- Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo, sobre a questão do contrato, que o Sr. Presidente exerceu, como pensa, plenamente, a sua delegação de competências, e o próprio lembra-se que quando se deu em reunião, ao Sr. Presidente, a delegação de competências, mas não tem o documento, e vai procurá-lo, os membros da CDU foram mais generosos, e até a oposição, pois aprovaram a delegação de competências mais completa. -----

Como diz o povo, são 42 000,00€, isso não está em causa, foi sempre aprovado, mas era habitual vir sempre a reunião de câmara, e o Sr. Presidente até traz coisas que se admite que não tenham que vir, mas já que não quer trazer ou não quis trazer, e não sabe porquê, mas não está a fazer nenhum processo de intenção, pelo menos devia ter partilhado este contrato com a oposição. Ficava-lhe bem fazer isso, mas não o fez, e são 42 000,00€. -----

Gostaria ainda de saber, sobre a questão da ação frustrada do sábado de manhã, se os custos desta ação estão incluídos nos 42 000,00€ do contrato feito com a empresa. -----

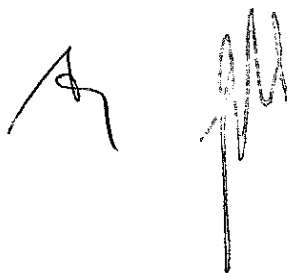
Esclareceu o Sr. Presidente que está tudo junto.-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se vai ver porque é que não veio, ou se há alguma razão para que assim não seja, e que passe a vir, naturalmente.-----



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 034

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
CONSIDERAÇÕES SOBRE AFIRMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE – PASSAGEM SUPERIOR  
RODOVIÁRIA – VILA FRANCA DE XIRA-----

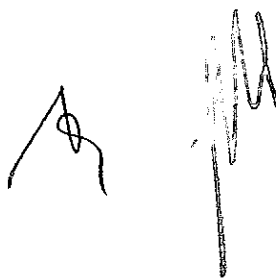
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que vai, não sendo seu hábito, tecer muito rapidamente, para se ganhar tempo, algumas considerações a uma afirmação que o Sr. Presidente fez, e não é comentar as suas afirmações, pois não é comentador e não vem comentar. -----

Na apresentação das festas do Colete Encarnado e da Semana da Cultura Tauromáquica o Sr. Jornalista da Voz Ribatejana, dentro das várias perguntas que fez, perguntou sobre a requalificação da praça 5 de Outubro, e o Sr. Presidente disse que poderia haver o concurso de ideias, estava-se à espera, e que, como já sabem, não estava incluída na da rua Luís de Camões. -----

Depois, relativamente à passagem rodoviária superior, e o próprio até pode estar de acordo na questão de estética, o Sr. Presidente disse que até desfeava, possivelmente, a praça, se fosse contruída. Se calhar até é capaz de estar de acordo, porque havia outras soluções, e até se chegou a avançar com uma passagem inferior. Esta situação, para já, não está em causa, mas é só para não a deixar passar em claro, porque, quando vier a nova requalificação, cá estará.-----

Não sabe se será neste mandato, se não for já cá não estará de certeza, mas se calhar estará no público, e se for o Sr. Presidente a estar terá que o ouvir, ou quem cá estiver. Na altura própria o Sr. Presidente é capaz de lhe dizer que devia ter esperado e na altura própria falava, mas quis só relembrar. Pede desculpa, mas tem que relembrar que sobre a passagem superior rodoviária havia um protocolo tripartido entre a câmara municipal, REFER e Obriverca, porque há um alvará de construção aprovado. Julga que dentro dessa situação do alvará havia esse tal acordo tripartido, que apontava para uma estimativa de 3 500 000,00€ para a passagem superior rodoviária, cujos custos eram 25% para a REFER e para a câmara municipal e 50% para a Obriverca. Esses 50%, dos 3 000 000,00€, não chegavam bem, mas aproximavam-se dos 2 000 000,00€. -----

Este protocolo vale o que vale, mas até apontava para estar concluída a passagem superior rodoviária para maio de 2012. Não quer entrar por aí, pois são sempre os “flops” e “deflops” nestas situações. Aquilo que quer dizer é que espera que na



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 035

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

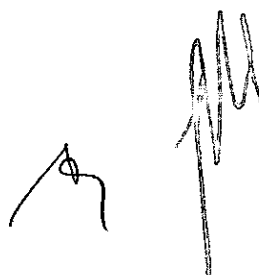
altura, para quem estiver na câmara municipal, e se for neste mandato assim se vai ver, isso não seja esquecido, e não seja a câmara municipal, se for outra medida, de outra passagem inferior ou o que quer que seja, a suportar os custos. Se for assim há um alvará, como disse, para construção, que pode reverter para a câmara municipal. Contudo, na altura própria se falará, só não queria deixar passar em claro. Certamente que o Sr. Presidente sabia disto, era só para lembrar, e disse a sua ideia, com a qual o próprio até pode estar de acordo, como também disse. ----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que este assunto foi suscitado aquando do lançamento da obra, da adjudicação da obra de requalificação da rua Luís de Camões, pelos membros da Coligação Novo Rumo, e também pelos membros da CDU, segundo julga, e não quer que fiquem ciumentos, pois estas coisas da paternidade às vezes têm que se lhe diga, e foi assumido pela câmara municipal que se tinha de ter um olhar sobre aquele largo, profundo, na medida em que se estava a fazer uma obra que vai ter reflexos nas próximas décadas. Portanto, tinha que se saber exatamente o que se quer e como se poderia evoluir, e pode passar por um concurso de ideias ou outra forma. Nesta possibilidade que se tem, pensa que é obrigação de todos refletir se há outras possibilidades de encontrar uma solução mais adequada para a travessia do rio, uma passagem para o rio. -----

O que pode dizer é que, ou já entrou, ou está para entrar, uma alteração ao loteamento dos Jardins do Arroz, mas pensa que ainda não entrou, que depois virá a reunião para análise de todos, e que considera ser muito significativa, para melhor, no seu ponto de vista. Como os Srs. Vereadores se recordam, tinha-se uma aprovação de um edifício contínuo, idêntico àquilo que estava na fábrica do arroz, aproveitando a volumetria da própria fábrica do arroz, o que é, em termos arquitetónicos, uma coisa muito pesada, com uma volumetria que lhe parecia excessiva. Nunca se desistiu da ideia de encontrar outra solução, e agora vai eventualmente ser apresentada uma alteração, que é de blocos independentes, com a passagem visual, que muito irá melhorar toda a proposta inicial. -----

Começou-se a pensar, uma vez que se vai alterar, porque não alterar também a ideia da passagem superior. A passagem superior está definida, mas esse protocolo mantém-se inalterável, e só tem que se alterar se a solução técnica for outra, porque os valores, etc., têm que se manter enquadrados. Nos tempos de





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 036

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

hoje e das regras do mercado também tem que se ver se os valores têm que ser alterados ou não, mas podem e devem analisar-se outras possibilidades.-----

Há uma pergunta da comunicação social a que respondeu, parecendo-lhe que se deve refletir se uma passagem superior feita em estrutura metálica, junto à Praça de Touros Palha Blanco, não será uma agressão àquele património, que é identitário da cidade de Vila Franca de Xira, e foi isso que disse.-----

Se se tentar encontrar uma solução que compatibilize tudo, e só quando essa decisão for tomada é que é definitiva, pensa que se deve evoluir em outras ideias. Foi só isso que disse, nada está decidido, são matérias sobre as quais todos têm que refletir, mas parece-lhe, e é a obrigação que têm, que há que encontrar outras soluções, e a requalificação do largo 5 de Outubro pode ser uma boa ocasião para essa mesma reflexão.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que disse, quando estava a ouvir o Sr. Presidente, que ainda bem que fez esta intervenção, porque o Sr. Presidente avançou e esclareceu mais, até sobre a alteração e a possibilidade, com a alteração, desta passagem superior rodoviária ser substituída por outra coisa.-----

Se o Sr. Presidente se lembra, no início o próprio disse que até poderia estar de acordo, pois a passagem superior pode realmente ser um "mamarracho" em relação à grandiosidade da Praça de Touros Palha Blanco.-----

Também está de acordo que há reflexão e que se tem de evoluir, a vida mudou, já dizia o poeta, "a vida é feita de mudança", pelo que os membros da CDU analisarão e discutirão quando vierem essas propostas de alteração e os concursos de ideias. Se ainda for neste mandato o próprio cá estará, mas se não for estarão outros, mas estará no público.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Assim, quer, em seu nome pessoal e da sua bancada, deixar uma saudação ao União Atlético Povoense. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Uma segunda nota, até com algum cunho pessoal, porque esteve presente, é relativa a um torneio de futebol juvenil de formação decorrido no concelho de Torres Vedras, o Foot Mania Oeste, em que a União Desportiva Vilafranquense, nas quatro equipas que levou, pertencendo a quatro escalões diferentes, chegou à final em três deles. Infelizmente não conseguiu ganhar nenhuma, mas esteve presente em três das finais desse torneio, com mais de 900 atletas presentes. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----  
DECLARAÇÃO POLÍTICA – CONTRA A ALTERAÇÃO DE HORÁRIOS EM DEFESA DOS  
UTENTES DO SERVIÇO PÚBLICO FERROVIÁRIO-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, apresentando e lendo, em nome da bancada da CDU, uma declaração política intitulada “Contra a alteração de horários em defesa dos utentes do serviço público ferroviário”, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Terminou, dizendo que se por acaso as restantes forças políticas presentes neste executivo o entenderem, por estarem de acordo com a posição dos membros da CDU, não os chocaria caso pretendessem optar por transformar esta declaração política numa declaração política conjunta, eventualmente até com força de moção. -----

**DECLARAÇÃO POLÍTICA**  
**CONTRA A ALTERAÇÃO DE HORÁRIOS**  
**EM DEFESA DOS UTENTES DO SERVIÇO PÚBLICO FERROVIÁRIO**

Considerando que:

Portugal tem assistido, pela mão dos sucessivos governos, ao aceleração da ruína da ferrovia pública, responsáveis pelos 20% de aumento do preço médio dos bilhetes e passes entre 2009 e 2013, ao mesmo tempo que cortaram 10% da oferta. Tal política afastou mais de 20% dos passageiros em somente 4 anos.

Agora, em 14 de Junho de 2015, por decisão da CP – Comboios de Portugal E.P.E., com o apoio do Governo PSD/CDS-PP, entrou em vigor um novo horário para os comboios suburbanos de Lisboa que condiciona o direito à mobilidade das populações residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, além de todos os utentes da Linha da Azambuja.

Com efeito, sem ouvir a população, nem as autarquias do concelho, foram introduzidas alterações que não se coadunam com as necessidades há muito sentidas pelos utentes, nomeadamente:

- A eliminação, ao fim-de-semana, das ligações diretas a Alcântara-Terra e a Sintra, obrigando a transbordos na Gare do Oriente e ou recurso a outros meios de transporte;
- A existência de um único comboio, aos fins-de-semana, com destino a Santa Apolónia, quando no anterior horário havia dois comboios por hora com destino a Alcântara-Terra;
- A existência de escassas ligações de regresso, com partida de Santa Apolónia ou Alcântara-Terra, fora das horas de ponta, sobretudo ao final do dia.

Há muitos anos que sucessivos governos desferem rudes golpes ao sistema público de transportes, com a intenção expressa de concessionar/privatizar serviços imprescindíveis.

Tudo começou com o desmembramento da CP em várias empresas, com custos financeiros pesadíssimos já reconhecidos e assumidos como um erro,

que no entanto nunca foi revertido, para, com o atual governo PSD/CDS-PP se avançar para a fusão da REFER com as Estradas de Portugal.

De entre as possíveis consequências desta fusão, resulta, por exemplo, o poder de concessão da exploração ferroviária, que poderá ser o próximo passo para a completa destruição do sector ferroviário nacional, tendo em vista entregar a ferrovia nas mãos das multinacionais e grandes grupos económicos do sector.

Um filme que não é novo e retrata a realidade existente que antecede a privatização que, mais tarde ou mais cedo, se vai refletir num impacto que terão de ser os utentes e contribuintes a pagar, como o aumento de tarifas, retirada de serviços, redução da oferta de comboios, redução das normas de segurança, degradação do material circulante e das infraestruturas.

O governo tenta dissimular o plano de destruição das empresas para a opinião pública, ocultando as verdadeiras razões e quais os objetivos que estão envolvidos nos planos por eles traçados.

É necessário defender um sector estratégico. É necessário uma estratégia séria para o sector ferroviário ao serviço do país e das populações na defesa de mais e melhor transporte ferroviário público que tem de passar pelo investimento e pela reunificação do sector ferroviário.

O governo não tem, nem nunca teve argumentos para justificar a destruição do sector ferroviário nomeadamente as privatizações da EMEF e CP CARGA, a fusão da REFER com as Estradas de Portugal, bem como a entrega aos privados dos serviços lucrativos da CP.

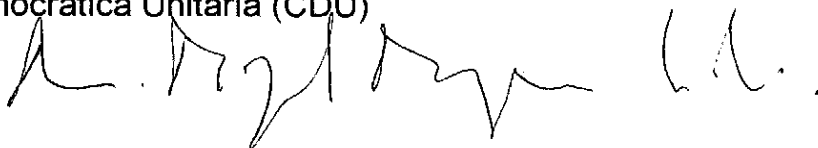
Assim e não podendo aceitar que a Linha da Azambuja, e muito particularmente as populações do concelho de Vila Franca de Xira, sejam deliberadamente marginalizadas, colocadas à margem do seu inegável direito ao transporte público ferroviário, os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a 1 de julho de 2015 declaram:

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei Nº 91/2015, que procedeu à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, S. A., na REFER - Rede Ferroviária Nacional, E. P. E., transforma a REFER em sociedade anónima, redenominando-a para Infraestruturas de Portugal, S. A, a partir do dia 1 de Junho de 2015;

- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N° 69/2015 que aprovou o processo de reprivatização da CP Carga;
- Exigir ao Governo a revogação do Decreto-Lei N° 70/2015 que aprovou o processo de reprivatização da EMEF;
- Defender um novo modelo de financiamento dos operadores públicos de transportes e no quadro da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa;
- Exigir o envolvimento das autarquias do Concelho de Vila Franca de Xira no processo;
- Exigir o envolvimento das populações e das comissões de utentes, no sentido de se adequar a oferta de transportes com as efetivas necessidades das populações;
- Exigir o alargamento da coroa do passe social L123 a todo o concelho, além da diminuição dos custos de transporte;
- Manifestar-se contra a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP;
- Manifestar-se por um Sector Ferroviário nacional, público e uno.

Vila Franca de Xira, 01 de Julho de 2015

Os vereadores da Coligação Democrática Unitária (CDU)





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DA CIDADE DE VILA FRANCA DE XIRA - FALTA DE ESTACIONAMENTO -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, cumprimentando todos os presentes, começando por agradecer ao Sr. Presidente ter mandado ligar o ar condicionado, mas, de facto, só conseguiu estacionar na outra ponta da cidade, o que a entristece. -----

Como nascida e criada, a trabalhar, e estando todos os dias em Vila Franca de Xira, percorrendo as ruas da cidade, desde a outra ponta até este edifício, sentiu um silêncio dentro desta cidade, coisa que já não sentia há muitos anos, aquele silêncio que se costumava sentir em agosto, quando a maior parte das pessoas estava de férias, e alguns, por opção ou porque tinha mesmo que ser, iam trabalhar num horário normal, de manhã cedo, em que a cidade estava em silêncio. -----

De facto custou-lhe, e nem sequer trânsito existia que fizesse algum ruído daquele movimento que uma cidade merece ter. O Sr. Presidente tem de ponderar muito bem esta situação, sendo que as pessoas continuamente reclamam pela falta de estacionamento no centro da cidade. O Sr. Presidente pode dizer que há parques, como o que fica debaixo do viaduto da autoestrada, mas hoje a própria foi lá, e não arranjou lugar, teve que ir estacionar na outra ponta, em frente às Finanças.-----

Contacta com muitas pessoas que vêm de fora, e estão constantemente a reclamar sobre esta situação. A cidade já há muito tempo que "está em coma", e isto vai acabar com Vila Franca de Xira, tendo que se arranjar uma solução. O Sr. Presidente tem que ponderar e falar com os técnicos, mas há que arranjar uma solução, porque efetivamente está a retirar todo o movimento a esta cidade. -----

Naturalmente, com a situação do Colete Encarnado, menos lugares existem de estacionamento, como é natural e óbvio, mas faz com que as pessoas nem sequer entrem na cidade, e pouco a pouco tudo irá morrendo e fechando. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que pensa, ao dizer-se que a cidade "está em coma", que a única pessoa que está em coma, infelizmente, é Maria Barroso. Poderá haver outras pessoas também, agora a cidade "estar em coma", não lhe parece. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus retomou a palavra, referindo que pede



imensa desculpa, mas, de facto, esta situação da cidade de Vila Franca de Xira, tal e qual como a CDU há pouco falou, do Tribunal do Comércio, que também é uma das questões que vai colocar, faz com que tenham vindo a fechar uma série de lojas, reabertas por lojas de chineses, obviamente, pois as portas estão abertas, mas não pensa que seja isso que um presidente de câmara queira da cidade principal do concelho, mas não sabe.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que se a Srª Vereadora não sabe, tem que perguntar ao Governo, que está a vender tudo aos chineses.-----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que hoje o Sr. Presidente não a deixa falar, e portanto está com algum problema com o Governo.-

Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que não, a situação é que não corresponde exatamente àquilo que a Srª Vereadora está a dizer.-----

A Srª Vereadora interveio novamente, referindo que o Sr. Presidente diz que não corresponde, mas é o que as pessoas sentem.-----

Referiu o Sr. Presidente que é o que a Srª Vereadora sente ou algumas pessoas próximas da mesma sentem, e a população em geral não sente isso. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que o Sr. Presidente pode não sentir, mas inclusivamente a anterior presidente da câmara, Maria da Luz Rosinha, também o sentia, pelo que não é só um sentimento da própria, nem sequer da Coligação Novo Rumo por si só.-----

Após ter sido novamente interrompida pelo Sr. Presidente, comentou a Srª Vereadora que a situação hoje está complicada, ao que o Sr. Presidente respondeu que não está nada, complicado está aquilo que está a ouvir. -----

Retomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que não é, ou então o Sr. Presidente tem que andar um bocadinho mais pelas ruas de Vila Franca de Xira, e perceber o que se está a passar. -----

Continuou, dizendo que espera que estas sucessivas interrupções sejam descontadas no seu tempo, porque senão não consegue acabar o que tem para dizer.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo, quanto a esta questão do estacionamento na cidade, que é uma matéria recorrente, e pode dizer à Srª Vereadora que hoje há mais estacionamento, e não por boas ou más razões, por razões de alteração de



Fl. Ata 012

Reunião de 2015/07/01

Proc<sup>®</sup>

Deliberação nº

algumas questões que aconteceram, nomeadamente a nova requalificação do hospital. -----

Hoje vai-se à Quinta da Mina e há lá lugar para estacionar, mas é verdade que num momento de festa, em que vêm milhares e milhares de pessoas até Vila Franca de Xira, é provável que não se consigam encontrar soluções para todos, e as pessoas têm que estacionar bastante longe. Apesar disso encontra-se, como sempre, junto ao nó, um espaço que leva bastantes veículos. -----

Assim sendo, a Quinta da Mina tem espaço, e se se forem ver alguns concelhos, até da Área Metropolitana de Lisboa, há uma ideia generalizada, dum outro tipo de mobilidade, em que as pessoas têm que deixar os carros até um pouco longe do centro das cidades, e percorrer esse espaço a pé, até porque é muito melhor, no seu ponto de vista, para a questão da dinamização do comércio. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DOS PLÁTANOS NO BOM RETIRO - VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo colocaram a questão dos plátanos do Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, na reunião de 3 de junho, o Sr. Presidente disse que até estava já com o serrote pronto, e que iria resolver a situação, mas até hoje, efetivamente, não ficou resolvida. Nessa reunião ficou o compromisso que se ia realizar uma poda generosa aos plátanos, e até sexta-feira passada tal não tinha sucedido.-----

Para além disso foi falado, também nessa reunião, que seria possivelmente revisto o Regulamento Municipal de Espaços Exteriores para contemplar uma especificidade relativamente aos plátanos que, como o Sr. Presidente confirmou, em várias escolas estão a ser retirados face ao facto das raízes estarem a causar problemas e também algumas doenças alérgicas. -----

Por isso, gostariam de saber qual o ponto de situação sobre esta questão. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que depois o Sr. Vice-Presidente falará. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que o Sr. Presidente já tinha respondido na reunião anterior, o regulamento da câmara municipal é muito claro relativamente a esta matéria, nomeadamente na plantação das espécies arbóreas que sejam endémicas do território do concelho, até por razões de sustentabilidade. No que toca aos plátanos propriamente ditos, eles não têm, sob o ponto de vista da alergologia, os efeitos que as pessoas à partida pensam, mas têm uns incómodos grandes sob o ponto de vista da produção duma espécie de algodão em grandes quantidades, e quando há elevadas concentrações de plátanos esse problema de facto surge. -----

O Sr. Presidente levantou a questão das escolas, e efetivamente, durante uma determinada altura foi plantado nas escolas, sobretudo nas maiores, EB2,3 e secundárias, um conjunto desse arvoredor, e à medida que vai sendo possível e as espécies arbóreas não estão em condições, quando se faz uma substituição, não se faz com plátanos, e a perspetiva, ao longo do concelho, é a substituição paulatina destas espécies arbóreas. -----

De qualquer das formas, sempre que as espécies arbóreas não estão doentes, não estão em risco de queda, ou não estão a incomodar sob o ponto de vista físico



Deliberação nº

direto as pessoas, mantém-se, pelo que sugere que a Srª Vereadora possa, e a câmara municipal, com as juntas de freguesia, tem essa ligação muito rápida, árvore a árvore, perceber se essa árvore em concreto está, nomeadamente com os seus ramos, a tocar nos edifícios ou casas, uma vez que, quando assim é, faz-se essa poda. Contudo, as podas radicais estão absolutamente proibidas pelo regulamento da câmara municipal, essas não se farão, não se podem fazer e não se farão de certeza.-----

De qualquer das maneiras é mais fácil, em vez de falar genericamente sobre zonas onde há vários, dizer, “se não se importar, verifique este ou aquele”, e os serviços da câmara municipal vão lá, bem como as juntas de freguesia, não tem nenhum problema, antes pelo contrário, até se agradece que haja essa indicação, não pode é ser tão genérica, porque de forma genérica as árvores estão em bom estado. As que não estão são devidamente podadas. Pode haver uma ou outra que precise de uma poda mais forte, mas aí, se a Srª Vereadora puder depois dar indicação exatamente de qual é, a câmara municipal irá ver essa questão.-----

Disse-lhe a Sr<sup>a</sup> Vereadora agora que é na rua Maria Lamas, e se for o plátano sobre o qual já se conversou, ele está longe das habitações. Esteve lá a semana passada, verificou isso tudo, e não precisa duma poda maior, de qualquer das maneiras ir-se-á ver. Crê que nessa rua até há mais do que um, mas far-se-á essa verificação.--

*A* *PM*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

SITUAÇÃO DOS PRÉDIOS DO MONTE GORDO - VILA FRANCA DE XIRA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se à situação dos prédios do Monte Gordo, em Vila Franca de Xira, dizendo que face, obviamente, à limitação do período antes da ordem do dia, não pôde responder, na altura em que se falou deste assunto, ao que o Sr. Presidente apelidou da própria estar a ser ou parecer simpática aos moradores ou a quem quer que fosse.-----

Não se trata disso, a posição dos membros da Coligação Novo Rumo sempre foi no sentido de que, e o Sr. Presidente sabe, pois inclusivamente chamou-os para algumas reuniões, queriam acompanhar a 100% tudo o que se passava com os prédios do Monte Gordo. -----

De facto, ficaram surpreendidos com o que se passou, salvo erro no dia 30 de maio, um sábado, por aquilo que lhes chegou aos ouvidos pelos moradores, por mais ninguém, e voltam a solicitar ao Sr. Presidente que lhes diga se existe alguma ação da Bolsimo contra a câmara municipal ou não. Se existe, pretendem que lhes seja enviada. Se essa ação existe, se foi contestada, precisam também de saber e ter o teor da contestação apresentada pela câmara municipal. -----

Por outro lado, como disseram sobre a avaliação dos imóveis, independentemente de ter sido feita por um perito isento, e não está isso em causa, pediram numa reunião, há longos meses, um parecer jurídico sobre a situação, se os proprietários das frações devem ou não ser "prejudicados" pelo coeficiente de depreciação que o perito aplica. Já pediram esse parecer jurídico por várias vezes, e nunca chegou.-- Também pediram que fosse pedido ao LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que fizesse uma nova avaliação face ao arranjo do talude, e também não lhes chegou. -----

Precisavam pois que este assunto fosse retomado, e que a Coligação Novo Rumo fosse sempre esclarecida de tudo o que se passa, porque quiseram sempre ter uma participação ativa neste processo, tal como nos outros. Efetivamente este é um processo muito sensível, as pessoas, como o Sr. Presidente sabe, tiveram que desocupar as suas habitações, algumas já pagas, e gostariam que lhes desse resposta concreta a estas questões que agora a própria colocou. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai referir aquilo que já disse na anterior

reunião, que se o mandato que os Srs. Vereadores lhe deram para tratar destas coisas não lhes agrada, devem revogá-lo, e vai dizer aos moradores que afinal já não é assim, é doutra maneira, e é tão simples como isto.-----

Há um documento que foi analisado por todos, teve a particularidade de fazer chegar a proposta, foi a Srª Vereadora, inclusivamente, que colocou pedidos de alteração, e foram incluídas. A CDU, que tinha aceitado a proposta do executivo integralmente, também aceitou depois a inclusão das alterações, e portanto aquilo que lá dizia, claramente, era para se avançar com contactos com os moradores, no sentido de negociar a possibilidade de aquisição das frações na base da avaliação. Para além disso, os Srs. Vereadores também concordaram que os valores que os moradores estavam a colocar não podiam ser aceites.-----

Foi isto que foi feito, foi o que decorreu daquilo com que todos concordaram, mas se querem outra coisa, far-se-á outra coisa, mas aquilo com que todos concordaram foi isto, não foi outra coisa. Contudo, às vezes muda-se de opinião, naturalmente.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam que o Sr. Presidente respondesse se há ou não alguma ação judicial interposta pela Bolsimo contra a câmara municipal. -----

Respondeu o Sr. Presidente que há.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora, perguntando se o Sr. Presidente pode fazer chegar o processo, ao que este respondeu que com certeza que sim. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUERIMENTO Nº 14/2015 – PEDIDO DE INCLUSÃO DE PONTO NA ORDEM DE TRABALHOS DA REUNIÃO DE CÂMARA – REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2015/2016 – PROTOCOLO A CELEBRAR COM IPSS – REVOGAÇÃO -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que vai apresentar um requerimento dos membros da Coligação Novo Rumo, que tem a ver com um pedido de inclusão de um ponto na ordem de trabalhos para uma próxima reunião de câmara, relacionado com a deliberação tomada na reunião de câmara de 22 de abril de 2015, ponto 31: “Refeições escolares – Ano letivo 2015/2016 – Protocolo a celebrar com as IPSS – Revogação”. Assim, fará uma pequena introdução com duas ou três frases simples. -----



Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, estando pedido para ser incluído na próxima reunião de câmara, isso irá ser feito, e nessa altura a Srª Vereadora fará a introdução que entender, não a vai fazer duas vezes. -----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo que só ia dizer duas ou três frases, porque nessa reunião se calhar vai ter que dizer mais algumas, e as duas ou três frases simplesmente resumem-se ao facto de o Sr. Vereador Rui Rei ter pedido um parecer jurídico sobre a situação, e ter votado favoravelmente, num dia em que a CDU não esteve presente, no dia da greve, salvo erro. -----

O Sr. Vereador Rui Rei pediu um parecer jurídico sobre a situação, e até hoje nunca chegou o parecer jurídico, pura e simplesmente porque é um parecer da própria Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a dizer que este tipo de serviços tem que ser feito através do procedimento de contrato de aquisição de serviços, no âmbito do Código dos Contratos Públicos. É um parecer da própria câmara municipal, e ficaram apreensivos com esta situação. O Sr. Vereador Rui Rei pediu o parecer jurídico, e votou favoravelmente, nessa confiança. Depois, fará ainda uma segunda afirmação, antes de passar a ler o requerimento. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, mencionando que a Srª Vereadora pediu para se incluir o requerimento, já está a debatê-lo, o requerimento vai ser debatido na próxima reunião de câmara, mas como tem essa maneira de advogada, não se deixa vencer, vai continuar, e o melhor é deixá-la falar. Tem essa atitude, primeiro diz que vai pedir para ser incluído na ordem de trabalhos, agora já está a falar do



requerimento, pelo que se irá ver se na próxima intervenção falará do requerimento.-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a primeira afirmação e observação que fez foi para justificar porque é que os membros da Coligação Novo Rumo estão a pedir o agendamento do ponto, não está a discutir o ponto sequer, e a segunda afirmação que vai fazer nem tem a ver com o ponto em concreto.-----

Quanto ao Sr. Presidente, parece que hoje está complicado para os lados da própria, não sabe, mas será por qualquer coisa.-----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que está a ser, porque a Srª Vereadora exagera na apresentação das coisas, vai buscar determinado tipo de situações que às vezes são completamente irrealistas, e por isso mesmo é que estão a conversar.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que também será irrealista o facto da Coligação Novo Rumo ter tido, obviamente, a simpatia, por em certos e determinados pontos que passaram por várias reuniões de câmara ter votado favoravelmente, na condição e compromisso tomado pelo Sr. Presidente de lhe serem remetidos mais tarde documentos que esclareçam as situações e dúvidas que tinha.-----

De facto, não sucedeu com este ponto. Tentaram, efetivamente, explicar isso ao Sr. Presidente, que manteve o ponto na assembleia municipal. Por isso, gostaria de transmitir ao Sr. Presidente, para não ficar surpreendido e não dizer depois que é do feitio da própria, do Sr. Vereador Rui Rei ou de quem quer que seja, que a partir de agora, ou bem que vêm todos os pontos esclarecidos, ou passarão a votar em conformidade.-----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que é como a Srª Vereadora quiser, estão todos presentes para isso.-----

Prosseguiu a Srª Vereadora, passando a ler o requerimento que os membros da Coligação Novo Rumo vão apresentar, hoje, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

O Sr. Presidente interrompeu, mencionando que a Srª Vereadora pode ler o requerimento, mas vai ter oportunidade de, na próxima reunião de câmara, ler o

requerimento, debatê-lo e tudo o mais, e vai fazer isso duas vezes.-----

Respondeu a Srª Vereadora que não.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo então que não vai, é uma técnica, mas está tudo bem. -----

Respondeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que não é técnica nenhuma, tem um requerimento para apresentar. A CDU não leu um requerimento? Porque é que a própria também não pode ler o requerimento que tem a apresentar?-----

Disse o Sr. Presidente que se a Srª Vereadora vai apresentar o requerimento, e vai ser incluído na próxima reunião de câmara, a Srª Vereadora já está a fazer a discussão do próprio requerimento. Está a lê-lo, já fez considerações, pelo questiona o que é tudo isto.-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus continuou, dizendo que, como já falou, não fez considerações sobre o ponto em si, e quando chegar a fazer considerações sobre o ponto em si, são outras considerações.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo à Srª Vereadora para continuar, e a mesma prosseguiu, com a leitura do requerimento. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e dizendo que tem de confessar que estava bastante nervoso e fez um esforço tremendo para ficar calmo e sereno, ao lado.-----

Disse o Sr. Presidente que é isso que compete a todos, também. -----

O Sr. Vereador prosseguiu, dizendo que sim, sem dúvida, porque de facto aquilo a que se assistiu agora foi a uma tentativa de condicionar a intervenção da sua camarada e companheira, Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mas não se conseguiu, e acha muito bem que não se tenha conseguido.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta foi uma matéria muito falada na última assembleia municipal, e vai-se voltar a falar na próxima reunião, na medida em que a Srª Vereadora já disse que vai requerer esta matéria para se falar, e depois falar-se-á. Entretanto, ir-se-á ver se o parecer jurídico que já se pediu já estará concluído nessa altura.-----

No entanto, conforme também teve ocasião de referir na assembleia municipal, há muitos municípios, de várias cores políticas, que, de facto, estão a desenvolver o mesmo trabalho que esta câmara municipal, convictos de que têm razão, que é

possível esta parceria, e nada o impedirá. -----

Aquilo que a Srª Vereadora referiu, do parecer jurídico que se tem que contraria esta possibilidade, era uma outra coisa, não é bem igual, como a Srª Vereadora também se lembra, ou seja, era um concurso para o fornecimento de refeições para o refeitório municipal, são coisas relativamente diferentes. -----

Depois, não condicionou a Srª Vereadora, e vai procurar evitar interrompê-la mais em próximas reuniões. Contudo, efetivamente há coisas às vezes com que não está nada de acordo, e tem que se aguentar com isso. Agora, a Srª Vereadora também tem que ser mais ágil, porque as coisas são muito morosas na explicação, e às vezes pode-se ser muito mais objetivo. -----

Há uma questão que depois perguntará à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, porque pensa que não ficou claro, pois disse que tem de haver uma precisão relativamente ao investimento, e que os membros da Coligação Novo Rumo não votam nada que não esteja bem claro. Isso é natural, e em termos do princípio, com certeza que sim, só podem votar em consciência, e se não estiverem de acordo pedem esclarecimentos. O que compete aos membros do PS é dar todos esses esclarecimentos e todos os documentos para que, em consciência, os Srs. Vereadores votem. Não pode estar mais de acordo, e aliás acontece com todos. -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

**REQUERIMENTO N.º 14/2015**

**Pedido de inclusão de Ponto na Ordem de Trabalhos da Reunião de Câmara**

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Os Vereadores eleitos pela Coligação Novo Rumo na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vêm por este meio requerer a V. Exa., a inclusão de um Ponto na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara para "Deliberação tomada na Reunião de Câmara de 22 de Abril de 2015 - Ponto 31 - Refeições escolares - Ano lectivo 2015/2016 - Protocolo a celebrar com IPSS - Revogação".

Considerando que, para a Coligação Novo Rumo, a colaboração com as IPSS resulta numa experiência profícua e continuada para todos, pois estas desempenham um papel fundamental na rede de parceiros da Câmara Municipal, com mais-valias para o concelho. Atendendo também ao facto de o sector da economia social ser dos maiores empregadores do concelho, tendo em conta que os funcionários e colaboradores são na sua larga maioria residentes no Concelho de Vila Franca de Xira, sendo as próprias IPSS consumidoras de produtos e serviços, também concelhios, este sector revela-se um dos principais motores económicos locais.

Considerando que, à luz dos últimos desenvolvimentos, e no seguimento da discussão do Ponto 31 da Ordem do Dia da Reunião de Câmara de 22 de Abril de 2015, foi solicitado que fosse emitido e dado conhecimento um parecer jurídico sobre esta matéria, o qual garantisse a legalidade da mesma, fundamentadamente, tendo ficado o voto da Coligação Novo Rumo condicionado a esta situação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

Considerando que os Vereadores da Coligação Novo Rumo não tiveram, até à data, conhecimento de qualquer documento de base jurídica que fundamente e comprove este procedimento.

Considerando que os Vereadores da Coligação Novo Rumo solicitaram, através do Requerimento nº13/2015, de 25 de Junho de 2015, que todos os procedimentos para aquisição de refeições escolares às IPSS sejam parados, e fiquem suspensos até ao cabal esclarecimento legal desta matéria, e os pareceres jurídicos interno e externo estarem consolidados e serem conclusivos, tanto quanto à legalidade da questão bem como quanto à desnecessidade de remessa prévia ao Tribunal de Contas, e para o qual ainda aguardamos resposta e/ou decisão.


Pelo acima referido os Vereadores da Coligação Novo Rumo solicitam que seja agendado o citado ponto para a próxima Reunião de Câmara de forma a, nesta matéria, sejam prestados cabalmente todos os esclarecimentos e tomadas todas as medidas que garantam a legalidade deste procedimento, fundamentadas por parecer jurídico, assegurando assim a legalidade necessária e imprescindível à continuidade de algo que a Coligação Novo Rumo sempre foi defensora, que é a adjudicação das Refeições Escolares às Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho.

*Vila Franca de Xira, 1 de Julho de 2015*

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Ribeiro Rei

Helena Pereira de Jesus

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

NOTÍCIA NO JORNAL "O MIRANTE" -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de fazer uma precisão a uma pequena notícia que vem no jornal "O Mirante", que é: "Oposição trava investimento do centro comercial em Alverca do Ribatejo". -----

Pensa que se tem que ser um pouco rigoroso, por uma razão, porque a Coligação Novo Rumo não travou o investimento, o investimento já tinha sido previamente aprovado, e por acaso o próprio tinha votado a favor. -----

Aquilo que disse, e reafirma, é que os membros da Coligação Novo Rumo não estão a favor que, de forma artificial, se venham, à época, porque tinha que ser feito até ao fim do mês, aumentar os índices de construção sem saber efetivamente o que se quer fazer daquele investimento, e quando iria avançar. -----

Portanto, o que deve ficar claro é que não estão disponíveis para votar nada que não tenham consciência de toda a sua abrangência, do que vai acontecer, quando é que será feito o investimento e em que circunstâncias. Quando lhe vêm dizer, com duas ou três palavras, que é dada a nova forma de construção dos centros comerciais, ou as questões de segurança, isso dá para justificar tudo e mais um par de botas que se tenha necessidade, pelo que, efetivamente, se lhes tivessem dito ou dissessem que a construção é para começar daqui a 3 semanas, 3 meses ou 3 anos, têm condições de avaliar. -----

Agora, voltam a dizer que são a favor que se reavalie tudo o que está autorizado no concelho de Vila Franca de Xira, e se possa, no limite, se não houver interesse em avançar com esses licenciamentos, revogar e fazer de novo uma avaliação com o que existe no território, e que se tenha uma estratégia para o território, que é coisa que não há. -----

Não há uma estratégia para o território, em Vila Franca de Xira, e só isso justifica que se tenha uma plataforma logística e uma área de logística a norte, e se continuem a autorizar vários pontos de logística espalhados pelo concelho, aliás contra todos os instrumentos que estão aprovados e foram pagos pela câmara municipal. -----





Deliberação nº \_\_\_\_\_



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que vai estar em julgamento em breve, e portanto, em sede própria, o advogado da câmara municipal irá defender aquilo que é opinião da câmara municipal, que a empresa não tem razão, e pensa até que não é a empresa que o Sr. Vereador referiu, é uma outra, que agora não lhe ocorre. A câmara municipal considera que a empresa não tem razão, e o tribunal haverá de decidir, e verificar-se-á como é que este processo vai terminar.-----





Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SITUAÇÕES RELATADAS POR MUNÍCIPE NA RUA MORGADO DA PÓVOA – PÓVOA DE  
SANTA IRIA-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo receberam um “e-mail” de um munícipe da Póvoa de Santa Iria sobre a rua Morgado da Póvoa, em frente à CERCI, chamando à atenção, e é verdade, para um contentor de apoio ao escritório que está naquela via desde 2010, a ocupar lugares de estacionamento.-----

O munícipe faz uma pergunta pertinente, pois não sabe se paga espaço, ocupação de via pública, mas sabe que o contentor está a ocupar um lugar e meio de estacionamento. Portanto, pensam que a câmara municipal deveria imediatamente retirar de lá o contentor, porque às vezes este tipo de equipamento também serve para algum apoio a obras municipais. -----

Se está ali desde 2010, é porque efetivamente está abandonado, deveria reverter para o domínio do município, e eventualmente, em alguns casos, faz falta. -----

Em relação à recolha de lixo e aos contentores, o munícipe chama à atenção para a desorganização do local, a ocupação do passeio e a forma abrupta como termina, no lote exatamente encostado ao anterior, de que falou.-----

Portanto, convinha que eventualmente a câmara municipal, a exemplo do que fez noutras urbanizações do concelho, pudesse efetivamente fazer aquela ligação e oficial os donos do lote para que tomem as medidas de o vedar, de o tornar diferente do que está, pelo menos não esquecendo que está no centro da cidade da Póvoa de Santa Iria, e dar a possibilidade que as pessoas possam circular em todo aquele espaço. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, quanto a esta questão da rua do Morgado e do contentor que lá está, que se vai tentar ver isso.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 056

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
CONTRATOS DE EXECUÇÃO INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE  
FREGUESIA -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de chamar à atenção que já há cerca de 3 reuniões os membros da Coligação Novo Rumo falaram dos contratos de execução interadministrativos com as juntas de freguesia, e até hoje não veio nada à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.-----

Assim, gostavam de saber o ponto de situação, porque querem efetivamente avaliar o que as juntas estão a fazer no contrato de descentralização que se votou em reunião de câmara e que se lhes deu.-----

Volta a recordar que são milhões de euros que se passam todos os anos para as juntas de freguesia, para cuidarem dos jardins, da limpeza urbana, por aí fora, e nalguns casos eles estão em estados absolutamente miseráveis. -----

Poderia até dizer que alguns jardins estariam “em coma” se ainda estivessem vivos, mas estão é já mortos. É verdade que nalguns casos já foram cortar a erva que existia, nomeadamente no Forte da Casa, junto ao parque das festas do Forte da Casa, mas a verdade é que toda aquela zona, que era verde, está castanha, castanhinha, e não há perspetiva de resolver coisa nenhuma, e efetivamente paga-se para este espaço.-----

Dever-se-ia rapidamente resolver este problema, para que não caia em cima da câmara municipal, na perspetiva de vir a ter que pagar novos jardins, o que efetivamente custa mais do que fazer a sua manutenção. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que alguns dos relatórios chegaram já um pouco fora de tempo, o que não deu margem para se trazerem mais cedo, mas pensa que há condições, para a próxima reunião de câmara, de trazer esses relatórios. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01



Deliberação nº

Nesse sentido, passará imediatamente para a discussão da ordem do dia. -----



Deliberação nº 392

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 13/2015, da reunião de câmara de 2015/06/03, não tendo participado na votação o Sr. Vereador Rui Pereira, por não ter estado presente. -----

Assunto: MOÇÃO – POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA CRUZ-----

Presente moção apresentada pelo Sr. Presidente, intitulada “Política de utilização do Aterro Sanitário do Mato da Cruz”, datada de 2015/06/25, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da tomada de posição do município em relação à política de utilização do Aterro Sanitário do Mato da Cruz.-----

Interveio o Sr. Presidente, fazendo a leitura da moção, colocando-a à consideração dos Srs. Vereadores.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU têm uma opinião muito própria há muito tempo sobre esta matéria, no sentido de recusar toda e qualquer iniciativa que promova ou diligencie no sentido da concessão ou privatização de um serviço público que foi fundado no âmbito de um espírito construtivo dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, e que resulta, caso esta situação de privatização se instale e avance, num grave prejuízo económico para os municípios, além de consequências ambientais que já podem antecipar. -----

A primeira delas, à medida que alguma da informação começa a ser vinculada, sobre os termos do caderno de encargos da concessão, é a previsibilidade de, com a transformação de um serviço público para iniciativa de cariz privado, se promover a destruição de postos de trabalho. Há já algumas perspetivas, aliás não desmentidas pela parte interessada ou pela parte governamental, de uma redução do efetivo de trabalhadores no montante, pelo menos, de 25%, estando-se pois a falar de despedimento de trabalhadores, hoje com vínculo laboral permanente.-----

No que às questões dos municípios diz respeito, no âmbito da esfera de atuação do sistema multimunicipal, há a possibilidade efetiva de aumento das taxas no valor aproximado de 27%.-----

Está-se a falar, efetivamente, daquilo que há muito têm vindo a acusar sobre as consequências diretas de uma política de direita que é, sobre um serviço público imprescindível e de carácter estruturante para os municípios, fazer um negócio com custos financeiros para os municípios, taxas mais caras para os municípios, além de encargos de vária ordem para os municípios envolvidos. -----

A



Por outro lado, é absolutamente surpreendente e ao arrepio das disposições, quer internacionais, quer na transposição das diretivas comunitárias para o espaço nacional, designadamente para o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, a premissa de que, com este negócio privado, à custa das questões do lixo se perspetive a construção de mais um forno, o que pressupõe um aumento do processo de coíncineração ou queima, ao mesmo tempo de uma redução do volume e quantidade, além da natureza, de resíduos sólidos para efeitos de reciclagem e reutilização.-----

Portanto, é uma situação que, a ser concretizada, revela uma regressão civilizacional absolutamente inimaginável nos tempos que hoje se percorrem. Quando, no município de Vila Franca de Xira, em Loures, na Amadora ou em Lisboa, se promovem, junto dos cocidadãos, as boas práticas ambientais, reforçando a informação sobre a utilidade, até do ponto de vista ambiental, além do económico, de reutilização e reciclagem, este negócio, que o Governo quer promover a todo o custo, promove exatamente uma política ambiental em sentido contrário, visando reduzir as metas de reciclagem e aumentar o processo de queima, que obviamente, para quem fará desta visão uma questão de negócio, tirará os devidos proveitos no âmbito da entrega de energia à Rede Elétrica Nacional ou às operadoras de energia diretamente relacionadas. -----

Esta é uma questão de fundo, não só em Vila Franca de Xira, mas através também dos municípios, e num quadro de uma opinião política mais vasta todos estão contra este processo, e não deixarão de, obviamente, também em sede judicial, lutar, usando todas as vias legais disponíveis para contrariar esta decisão, que é de facto muito lesiva para os interesses do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Depois, há a questão que há muito tempo os membros da CDU também já manifestaram, de defesa de que o concelho não tem capacidade, sob todos os pontos de vista, de continuar a receber resíduos provenientes dos processos de incineração, e de impossibilidade de tratamento, em termos de reciclagem, de reutilização, no atual aterro localizado no Mato da Cruz.-----

Portanto, há seguramente 3 anos que reclamam a urgente reparação do aterro, que deve entender-se como progressiva transformação num espaço paisagístico integrado, à semelhança do que aconteceu em Santa Iria de Azóia, porque essa é

uma obrigação do sistema multimunicipal, é um compromisso assumido com a população do concelho de Vila Franca de Xira e a população de Arcena em particular. -----

Ao mesmo tempo têm vindo a registar um aumento do nível de preocupação da população de Arcena relativamente aos encargos ambientais que a permanência do aterro e a sua atividade têm vindo a constituir junto da mesma, e portanto também aqui têm que ser recordadas algumas das intervenções que fizeram, aliás acompanhadas por toda a câmara municipal, no sentido de se reforçarem as medidas de controlo ambiental, de monitorização ambiental, de resguardo dos aquíferos e do controlo das águas subterrâneas, uma situação que precisa de ter o devido acompanhamento, um acompanhamento permanente, mas, acima de tudo, se efetivamente se identificarem situações anómalas, por um lado, têm que se assacar responsabilidades, e por outro lado intervir no âmbito da defesa da qualidade de vida da população de Arcena e da sua envolvente habitacional ou envolvente habitacional mais próxima. -----

Por outro lado ainda, como é óbvio, recordam a intervenção que fizeram na localidade de Trancoso, dizendo que não estariam dispostos a alimentar uma avaliação de custos ambientais, por exemplo, na exploração da Mota-Engil, em Trancoso, o que é também uma coincidência, podendo vir a ser instalada uma nova geração de aterro, e retirando daí as devidas conclusões, obviamente políticas. Portanto, não só em Trancoso como em lado nenhum no concelho de Vila Franca de Xira há condições para manter esta atividade de aterro. -----

Está-se perante uma situação de facto muito lamentável, porque, neste momento, independentemente de uma opinião convergente que o concelho tem em sede do sistema multimunicipal, que felizmente é acompanhada de uma forma unânime entre todas as forças político-partidárias representadas nesse quadro, é preciso defendê-lo ambientalmente, não tolerando que mais atividades relativamente ao aterro sejam permitidas, quer na Calhandriz, quer fora da localização hoje existente, a bem da defesa da qualidade de vida no concelho. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, começando por dizer que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar a favor desta moção, pelo que genericamente estão de acordo com o que o Sr. Presidente anuncia, e não irão pedir sequer para

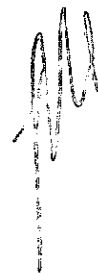
alterar nada. Contudo, não quer deixar de fazer só alguns comentários, porque “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, e é sempre interessante posicionar os atores ao longo destes anos, até para memória futura. É verdade, como diria alguém, um ex-primeiro-ministro, que “só não mudam os burros”, mas é bom, quando se muda, que as pessoas também percebam.-----

O Sr. Presidente diz, e bem, que eventualmente pode vir a existir um aumento do nível de coincinação em detrimento do nível de reciclagem, com certeza que sim, mas ninguém impede Vila Franca de Xira de aumentar o seu nível de reciclagem, e aquilo a que se tem assistido nos últimos anos é exatamente o inverso, uma diminuição dos valores dos reciclados em Vila Franca de Xira e, conseqüentemente, da receita. Reciclar não é só uma questão de bem para o ambiente, é também uma questão de receita para o município, e essa diminui, porque tem vindo a diminuir a política municipal.-----

Desta forma, têm uma atitude positiva nesta moção, mas a verdade é que depois, efetivamente, os documentos que se têm trazido têm demonstrado exatamente o contrário, por uma razão simples, até em coisas tão simples como os ecopontos, em que não se tem tido uma política de avaliar verdadeiramente quantos desses ecopontos são necessários. Muitas vezes entra-se numa lógica de premiar os Srs. Presidentes de junta como se ter um ecoponto fosse um prémio, e ter um ecoponto deveria ser a otimização da recolha nas várias freguesias, e eventualmente ter doutra forma, ter mais capacidade, mais oferta e mais recolha no fim do dia.-----

Quanto à questão do aterro sanitário do Mato da Cruz, ou eventualmente outra solução, não esteve na discussão original da vinda da lixeira para Alverca do Ribatejo. É verdade que se pode dizer, hoje, que em 2015 o tempo é diferente do tempo em que foi instalada a lixeira em Alverca, mas só é diferente o tempo, porque, quanto às preocupações ambientais à época da instalação da lixeira, é só consultar os jornais e atas para ver o que as pessoas disseram sobre essa instalação. É legítima, e concorda genericamente com todas as preocupações, mas elas não foram acauteladas desde o primeiro dia da instalação daquela lixeira no Mato da Cruz. Não foram acauteladas ali como não foram acauteladas em Santa Iria de Azóia, porque ainda é do tempo daquela linha de água que lá está, e aquela fonte que lá está, em que era possível lá beber água, coisa que hoje não é possível





fazer, porque a água está completamente inquinada em Santa Iria de Azóia. -----  
Ainda é desse tempo, efetivamente, mas é verdade que “só não mudam os burros”, como dizia o anterior primeiro-ministro António Guterres, e tudo aquilo que se diz hoje foi exatamente o que não se fez na altura. Nem se protegeram as populações à volta, nem se compensaram as populações à volta, até porque uma das compensações que veio foi a magnífica piscina na Calhandriz, em que hoje a câmara municipal tomou a decisão, na prática, de encerrar. Portanto, nem sequer foi naquela zona de Alverca, foi noutra, e todas as compensações para aquela população nunca existiram efetivamente. Assim, estão de acordo com os perigos ambientais e a necessidade de ter essa perspetiva, a verdade é que quem tomou essa decisão à época não a considerou, não avaliou e não defendeu a população. ---  
Eventualmente existirá esta privatização, e volta a dizer ao Sr. Presidente aquilo que lhe disse na última reunião de câmara, pois viu muitos falarem sobre muitas privatizações, mas estrategicamente não viu ainda o Partido Socialista, em termos nacionais, falar sobre esta, da Mota-Engil. Não sabe o que isto quer dizer, mas não o viu falar sobre esta, da Mota-Engil. Se não houvesse a privatização, existia um compromisso, à época, com o município de Vila Franca de Xira, e só gostava de saber o que é que os outros municípios iriam, eventualmente, no momento certo, dizer, se “Vila Franca de Xira não quer lá um determinado aterro, por que carga de água é que eu hei de ter no meu município”. Se um não quer, porque é que Loures, porque é que a Amadora e porque é que outros quaisquer hão de ter lá qualquer coisa, ou porque é que Loures e São João da Talha hão de ter lá aquela coíncineradora? -----

Os membros da Coligação Novo Rumo estão absolutamente de acordo com o que é proposto, seguirão os princípios que estão enumerados, ou seja, no território do concelho nada, não querem privatização e querem a defesa intransigente do meio ambiente, mas só falta uma coisa, ou seja, no fim do dia, quanto é que isto vai custar a prazo para todos os cidadãos do concelho e de outros, porque vai ter um custo, seja o da privatização ou o da mudança das infraestruturas, pois vão ter que ir para mais longe e, conseqüentemente, vai-se ter de pagar mais transporte. -----  
As análises estão feitas, e o que considera estranho é que a própria administração da Valorsul, onde os municípios estiveram sempre presentes, deixou chegar o

aterro do Mato da Cruz ao sítio onde está. Ainda participou em algumas reuniões, onde o presidente da Valorsul, do seu ponto de vista, numa atitude absolutamente inconsciente, não tinha uma proposta alternativa para o fim do aterro sanitário do Mato da Cruz. Desta forma, pergunta o que andaram os municípios todos a fazer durante este tempo, incluindo Vila Franca de Xira, que não salvaguardaram os seus interesses, ou seja, se não se quer, dever-se-ia ter lá dito e obrigado ao estudo de uma solução alternativa, coisa que até há 2 ou 3 anos não havia. Não havia uma solução alternativa, ou seja, estava-se a empurrar para Vila Franca de Xira a possibilidade, inclusivamente, de expansão daquele aterro sanitário que ali está.---- Não foi nenhuma empresa privada que fez isto, foram os municípios, e pergunta o que é que os municípios andaram a fazer, incluindo o de Vila Franca de Xira, na defesa dos interesses da população. Qual foi a proposta alternativa? O que é que lá foi dito? Da mesma forma que o Sr. Presidente traz esta moção, que é aprovada, e bem, não devia ter já sido dito nas várias reuniões, e ter ficado em ata, que com Vila Franca de Xira não contam para estas situações, para estas avaliações, e mais, que se exige que a Valorsul faça investimentos naquele aterro sanitário, para o selar e reabilitar definitivamente em termos ambientais? -----

Podia-se ter feito isto, porque tinha-se peso, força e, julga, o apoio dos outros municípios para que isso acontecesse, até porque a maioria dos municípios da Valorsul é do Partido Socialista e do Partido Comunista, e não acredita que esses municípios não queiram defender os interesses das pessoas, como ouve permanentemente dizer em reunião de câmara. Desta forma, não percebe porque é que o aterro não foi encerrado e requalificado ambientalmente, como já deveria ter sido há muitos anos, e como exige aquela população. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que depois passará a palavra ao Sr. Vice-Presidente só para clarificar uma questão sobre a reciclagem, de qualquer forma parece-lhe que há um consenso absoluto relativamente a esta moção. -----

O Sr. Vereador Rui Rei pergunta qual é a alternativa, e o que responde é que pensa que não compete à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira dizer que a alternativa é esta ou aquela, a alternativa não passa é pelo concelho. Num determinado contexto histórico decidiu-se o que se decidiu, e não vai fazer juízos de valor sobre esta matéria, sendo que, conforme o Sr. Vereador já referiu, há situações em que

A

passados muitos anos refletiu-se que se calhar as decisões que se tomaram podiam ter sido outras, e poderia ter sido acautelada uma série de matérias. Num determinado momento em que se têm de tomar decisões, tomam-se as decisões que parecem as mais adequadas, foi isso que aconteceu no passado, e chegou o momento, no que concerne ao município de Vila Franca de Xira, de dizer que outros municípios agora, solidariamente, como Vila Franca de Xira tem sido desde 1996, também têm que assumir esta responsabilidade, da alternativa ao aterro do Mato da Cruz ser noutro local que não seja neste município.-----

É o que tem dito em várias sedes, é o que vai manter, e é isto que hoje trouxe, que no fundo sintetiza o pensamento, não só do partido Socialista, como da Coligação Novo Rumo, como da CDU.-----

Há questões do passado que agora se têm que resolver, é verdade que de um momento para o outro, num “estalar de dedos”, não é possível encontrar uma solução, mas era exigível, isso sim, que a Valorsul já tivesse um plano B, como se costuma dizer. O único plano que tinha era o alargamento do aterro do Mato da Cruz, Vila Franca de Xira não quer, quer que funcione até ao limite da sua capacidade e seja selado. Entretanto, sobre a Valorsul e o que vier a acontecer, não se sabe o que é, mas tem que se estar preparado e adaptado para aquilo que eventualmente vier a acontecer, só que é preciso dar um sinal à navegação muito claro, que efetivamente o novo aterro não passa por este concelho.-----

Em síntese, é o que esta moção tem em vista, e fica satisfeito pelo facto de haver unanimidade sobre esta matéria.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando os presentes e referindo que esta questão da recolha, tratamento, valorização e depósito de resíduos é sempre reconduzida a dois valores fundamentais, para a sociedade atual. Um é a questão ambiental, em que estão todos de acordo, no fundo, naquela conta que as sociedades têm que ter com o “deve e haver”, de querer viver em cidades com conforto, com saneamento, e não querer conviver com o resultado disso, que são os resíduos que todos produzem. Outro valor fundamental é a solidariedade, no caso, entre os diversos municípios, porque ninguém quer ter o seu lixo à sua porta, muito menos ninguém quer ter o lixo dos outros à sua porta.-----

Esta é uma realidade a que não se consegue fugir, deem-se as voltas que se



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 066

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

derem, e a verdade é que o município, e o Sr. Presidente foi muito claro, quer na moção que apresentou, quer na última intervenção que fez, sob esse ponto de vista tem sido bastante solidário com a população da área da Valorsul.-----

Acontecem, neste momento, duas coisas. Uma é o alargamento sucessivo desta área de influência e de recolha da Valorsul, que ao alargar a sua área de influência alarga também as toneladas de resíduos que são precisas tratar. Portanto, no aterro recebiam-se e recebem-se os resíduos de uma determinada área que é bastante populacional, e se se alargar esta área de influência a outros municípios passa a haver muito mais resíduos, e, sob esse ponto de vista, é um problema suplementar a que não se pode naturalmente fugir. -----

Não pode fugir também a Valorsul, que é quem tem a responsabilidade de resolver este problema, e o que não pode resolver é sempre à custa dos mesmos, no caso à custa do concelho de Vila Franca de Xira. Crê que esta posição, que no fundo foi subscrita por todos os presentes nesta câmara municipal, vem dizer que o município não se escusa a ser solidário, mas os outros também não podem escusar-se a serem solidários neste processo. Por isso, a solução tem que ser encontrada nesse nível. -----

Depois, faz uma referência, que respeita a esta problemática da reciclagem, e também já se abordou o assunto várias vezes em reunião. O problema da reciclagem e diminuição dos números da recolha da reciclagem tem uma realidade que é absolutamente generalizada, e não diz respeito a Vila Franca de Xira. Os reciclados têm vindo a diminuir no país todo, e diretamente por causa da situação de crise profunda que se instalou no país, com a redução fortíssima do consumo que tem havido. Por mais voltas que se deem, esta é uma realidade que está nos números do país inteiro.-----

Depois da intervenção que o Sr. Vereador Rui Rei fez, o que diz, e não tem a certeza que uma coisa esteja ligada à outra, é que efetivamente foi tomado um conjunto de medidas, sob o ponto de vista ambiental, pelo Governo, que tem o efeito direto na redução dos valores da recolha para reciclados. Portanto, encaixa-se nas pretensões de quem acabou por obter ou queria obter a propriedade dos sistemas que foram privatizados, uma vez que sob esse ponto de vista preferem ter resíduos não reciclados, porque esses dão receita aos municípios, que é quem

tem, no fundo, “os ossos”. Os municípios é que fazem a recolha dos resíduos e o seu encaminhamento para o sistema, e em teoria poderia fazer sentido que quem ficasse com o “Filet Mignon”, que é o sistema em si, tivesse também que ficar com “os ossos”, que é este problema da recolha, que é muito mais complicado e fica à mesma nas mãos dos municípios. -----



Efetivamente algumas das medidas, entre as quais também já se falou na questão do fim de distribuição dos sacos plásticos, tem uma consequência direta na origem, na casa das pessoas, que ao não terem os sacos como tinham com aquela quantidade, não fazem em casa essa reciclagem. Isso, quando depois é somado família a família, município a município, e no país, vai encaminhar para resíduo, nomeadamente para depósito, uma quantidade gigantesca de resíduos que antes era encaminhada para reciclagem. -----

Isso não tem nada a ver com nenhum tipo de esforço, nem com a Sociedade Ponto Verde, nem que os municípios possam fazer, tem a ver com os meios indiretamente colocados ou não à disposição das pessoas para as suas próprias práticas ambientais. -----

De facto esta é uma reflexão interessante para se fazer, porque há outras medidas que foram tomadas, que numa perspetiva de leitura a médio prazo podem ter algumas interligações inesperadas. Contudo, não podia deixar de fazer a referência, uma vez que foi levantada pelo Sr. Vereador Rui Rei, e de dizer que sob esse ponto de vista o município tem tido uma ação muito forte na promoção da questão da recolha seletiva de resíduos e da sua valorização. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando, como diria o Professor Cavaco há uns anos, que o Governo é responsável até quando chove e quando não chove. É responsável pelo que é dele, mais o que devia ser da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e não faz. -----

Assim, só para memória futura, refere um documento entregue pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com os dados da recolha do vidro, embalagens e papel, em que começa a descer em 2010 o vidro. Começa a descer a recolha, até 2013, com 1291 toneladas. Em 2009 houve 1683 toneladas, em 2010 houve 1646 toneladas, descendo sempre até 1291 toneladas em 2013, ao contrário das embalagens, que sobem. Portanto, a “malta” deixou de produzir vidro e consome

  
  
mais embalagens. É isto que o Sr. Vice-Presidente está a dizer, ou seja, a crise afetou o vidro, não afetou as embalagens. Também reduz no papel, e desde 2009 que é sempre a descer até 2013. -----

Assim, é só para que fique registado que efetivamente não se pode olhar e dizer, de uma forma leviana, que a responsabilidade é de terceiros. Ou é do Governo, ou é dos cidadãos, não é assim, a responsabilidade também é da câmara municipal, porque o próprio gostava de saber, e os documentos são claros, o que é que se fez para que esta recolha não diminuísse e as pessoas fossem incentivadas a reciclar. - Depois, onde mora não vê esse retrato que o Sr. Vice-Presidente faz, vê sim, muitas vezes, os contentores cheios e o papel a voar, porque a câmara municipal não vai lá e não faz a recolha. Vê essa situação, o que quer dizer que, quando isso acontece, além de se estarem a desincentivar as pessoas à reciclagem, estão-se a perder recursos que são essenciais para continuar a manter o sistema equilibrado e a autoalimentar-se. -----

Dever-se-ia ter a avaliação crítica, porque, efetivamente, também não foi culpa do Governo que o sistema de recolha, em Vila Franca de Xira, colapsou no ano passado, porque os Srs. Vereadores do executivo não fizeram os investimentos nem fizeram as adaptações que deveriam fazer. Não foi culpa deste Governo, nem do anterior, do Engº Sócrates, foi culpa da câmara municipal, que deixou que um sistema colapsasse, que em determinada altura não tinha capacidade para fazer a recolha dos resíduos urbanos, nem dos reciclados, nem coisa nenhuma no concelho. -----

Interveio o Sr. Presidente, dirigindo-se ao Sr. Vice-Presidente, dizendo-lhe que sabe que esta matéria lhe é muito cara e agora quer responder ao Sr. Vereador, só que se tem que andar. Assim, como a responsabilidade parece que não é do Governo, e não é, ficam todos, sobre essa matéria, elucidados. Nesta questão dos sacos é, pois não veio facilitar, mas em termos gerais não é. -----

Também quer dizer ao Sr. Vereador Rui Rei que a câmara municipal, relativamente ao problema que teve o ano passado, poderia ter tomado uma decisão, que o próprio não quis tomar, que era adjudicar este serviço externamente, como muitos municípios fazem. Entendeu que havia condições internas para resolver, como aliás se resolveu, com algum esforço, o que é verdade, principalmente dos



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • 069

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

trabalhadores e também de investimento que se fez.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo que o executivo municipal não tem nenhum tipo de preconceito contra governo nenhum, portanto, não organiza a sua política municipal, nem como ataque a governo nenhum, nem como defesa de governo nenhum. Assim, quando o próprio reflete sobre estas matérias fá-lo sempre sob o ponto de vista municipal e do interesse público. -----

Tudo o que disse antes reafirma, é uma reflexão que tem assento no que tem vindo a ser feito, e no comportamento que, sob o ponto de vista da sociedade, tem tido esse resultado. Sob o ponto de vista das políticas que a câmara municipal tem desenvolvido sobre esse campo, nomeadamente na área da reciclagem, alguns desses números e acréscimos, no que respeita às embalagens, são diretamente ligados à política que a autarquia tem vindo a fazer, como faltou ao Sr. Vereador Rui Rei referir. -----

Quanto à recolha, há um conjunto de problemas que não diz respeito ao sistema em si, que aliás, sob o ponto de vista da cobertura, e comparativamente, corresponde e está dentro dos parâmetros que estão definidos no PERSU 2020, e sob o ponto de vista da sua eficácia e custo para o utilizador, como o Sr. Vereador também sabe, os valores e coberturas da câmara municipal estão acima de muitos dos que são os municípios à volta.-----

Pode-se melhorar, como diz o Sr. Presidente, e bem, está-se a trabalhar no sentido de melhorar, mas não por oposição a governo nenhum, nem sequer por defesa a governo nenhum. Contudo, há comportamentos que afetam diretamente a sociedade, e na sequência disso geram comportamentos por parte dos cidadãos a que os municípios têm que dar resposta. Dê-se a volta que se der, chame-se Guterres, Sócrates ou Passos Coelho, podem-se dar as voltas que se entender, mas os resultados são estes, e cá está o executivo, no município, para ir reagindo e proativamente alterando o que for necessário para pôr as coisas a funcionar. -----

Verdade seja dita que também não se pode partir do princípio que os governos, quaisquer que sejam, fazem as coisas e que isso não tem nenhuma consequência, o que também não é verdade. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pelo Sr. Presidente. ----



Deliberação nº 393

03 ap bomb





Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PARQUE LINEAR RIBEIRINHO – SISTEMA DE ILUMINAÇÃO A ENERGIA SOLAR -----

Presente o requerimento nº 12/15, de 23/06, dos membros da Coligação Novo Rumo, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para discussão e análise do sistema de iluminação a energia solar no parque linear ribeirinho.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando, conforme teve ocasião de referir ao Sr. Vereador Rui Rei, no decorrer desta reunião, que não houve condições de apresentar os documentos que os membros da Coligação Novo Rumo solicitavam no documento. Logo, a avaliação da coligação sobre esta matéria está prejudicada pela falta desta informação. -----

Assim, a questão que coloca é manter o ponto para a próxima reunião de câmara. Os membros da Coligação Novo Rumo pediram muitos elementos, mas há naturalmente condições de entretanto complicar esses mesmos documentos, e falar-se-á do ponto na próxima reunião de câmara. -----

Retirado da ordem do dia. -----

04 energ solar



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signatures]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Ata , 072  
Reunião de 2015/07/01  
Procº 054/AS/CP/DC/2015  
Deliberação nº 394

Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE COBRANÇAS, PRINTING & FINISHING – CONCURSO PÚBLICO – ABERTURA DE PROCEDIMENTO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em 2015/06/24, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da abertura de um procedimento por concurso público, visando a celebração de um contrato de aquisição de serviços de gestão de cobranças, printing & finishing, com um valor máximo de 423 000,00€, acrescido de IVA, com um prazo de execução de 24 meses, das peças do procedimento e composição do respetivo júri, da autorização da contratação e da despesa, bem como da delegação no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, ao abrigo do nº 1, do artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, das demais competências reservadas legalmente ao órgão competente para a decisão de contratar, e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que aquilo que quer é um simples esclarecimento. Os membros da CDU compreendem o contexto da proposta, mas gostariam de saber se haverá ou não alguma diferença de valor na relação entre o antigo prestador de serviços, a EDP, com a câmara municipal, e a proposta para o novo sistema de serviços de cobrança, em termos financeiros, para o município. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando os presentes e dizendo, pese embora a necessidade eventual do Sr. Vereador António Félix, enquanto administrador financeiro, e com responsabilidades nos SMAS, poder confirmar esta situação, que efetivamente, respondendo à questão, que tem toda a lógica, os SMAS foram confrontados com uma situação legal, pois tinham um prestador de serviços há muitos anos, a EDP, para faturação, envelopagem e envio, que foi impedido com a alteração da legislação, a partir de 1 de janeiro de 2016.---- Isso obrigou, numa contenção de custos, a uma renegociação de todo este sistema, que se está a fazer, o que já disse na câmara e assembleia municipais, a



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 073

Reunião de 2015/07/01

Procº 054/AS/CP/DC/2015

Deliberação nº \_\_\_\_\_

nível, inclusivamente, de outras vertentes. Efetivamente, para 24 meses, o que se aborda nesta documentação, há uma redução elevada de custos com esta nova decisão, e poder-se-á andar na volta dos 200 000,00€ ou 300 000,00€ que foram negociados, de redução de encargos. Neste momento, no mercado, a nível desta prestação de serviços há muita oferta, mas há que ter cuidado e houve cuidado com a decisão que se teve de tomar, sendo que antes de se tomar a decisão os serviços deslocaram-se junto deste operador, para ver que também presta serviços noutras entidades, noutros municípios da área metropolitana. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador Nuno Libório ficou esclarecido, pelo que presume que se está em condições de seguir. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que gostaria só de ver os valores que se pagam neste momento, e que valores se passariam a pagar com esta aquisição. Gostaria de ver qual o valor da poupança face ao que se paga nesta altura. -----

Aproveita ainda o ponto para voltar a afirmar que os membros da Coligação Novo Rumo continuam a pensar que há um conjunto de serviços que são contratados de forma autónoma pelos SMAS que não fazem qualquer sentido. -----

Não faz sentido ter uma gestão de equipamentos móveis separados da câmara municipal, não faz sentido ter uma gestão de outras soluções como “data centers”, e por aí fora, separados da câmara municipal, não faz sentido que existam aquisições de serviços para a câmara municipal e aquisições de serviços para os SMAS, o que faz sentido é que haja uma unidade e uniformização dos serviços prestados à câmara municipal e aos SMAS, em todas aquelas áreas que são absolutamente essenciais, e que são comuns. -----

Portanto, não lhe parece que noutras áreas se continue a atuar desta forma, que do ponto de vista que têm é absolutamente irracional, e não traz nenhum proveito ao município, com coisas tão simples como as aquisições de fornecimento de telecomunicações, que deviam ser unas, bem como outro tipo de serviços, que são serviços comuns, que não têm nenhuma especificidade da parte dos SMAS, e dever-se-ia ter um trabalho conjunto para ganhar escala, e consequentemente ter melhor preço, o que é claro e objetivo.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que em termos de princípio está de acordo com aquilo que o Sr. Vereador acabou de dizer. A economia de escala é o





futuro e é aquilo que se tem de perseguir, maior capacidade e eficiência, e neste caso não só económica, em todos os sentidos. Agora, há matérias que não sabe como se resolverão, que é o ter contabilidades separadas e apresentação de contas autónomas. O Sr. Vereador falará sobre esta matéria, mas julga que se teriam de encontrar soluções, de como se poderia ultrapassar a questão, que não lhe parece simples. -----

Em termos de princípio, naturalmente que está muito de acordo, e até se está muito de acordo que os próprios SMAS possam vir a desenvolver outras atividades que hoje competem à câmara municipal. É assim que acontece em alguns serviços municipalizados, e porque não absorver e experimentar aquilo que em alguns serviços municipalizados acontece e se faz bem? É a evolução e o dinamismo que estas coisas têm que ter. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando que efetivamente, na linha do que já falou o Sr. Presidente, também não pode estar mais de acordo com o que disse o Sr. Vereador Rui Rei. O executivo, desde a primeira hora em que chegou com estas funções aos SMAS, na segunda passagem por aquela casa, em algumas coisas também tem tido esta linha de pensamento, que depois colide com a legislação e a questão falada pelo Sr. Presidente, porque os SMAS têm autonomia administrativa e financeira, face à lei, com as contas auditadas, que vêm à câmara e assembleia municipais. -----

No entanto, há um esforço, como foi à última assembleia municipal, tendo o próprio dado o exemplo dos seguros, da economia de escala, e já tentou abordar a situação que o Sr. Vereador focou. Costuma dizer, com o conhecimento que se tem, que por vezes não é preciso falar muito nas coisas, é preciso é ouvi-las com atenção, e nos próprios sistemas, que agora caminham para o balcão do município, a nível informático, vai existir já uma interligação nesta linha de pensamento, mas há casos em si em que a própria legislação não deixa ir mais longe. -----

Em relação aos valores, fará chegar às duas bancadas, independentemente de estarem na Internet, no site dos SMAS, em relação ao relatório e contas de 2014, e a quanto se gastou. Não tem os números presentes, mas pode-se facilmente comparar, de toda a maneira fará chegar às duas bancadas, neste caso, o que se gastou em 2014, que ainda se irá gastar em 2015, porque a partir de 1 de janeiro

de 2016 os SMAS também são forçados a tomar esta decisão. -----



Por ironia do destino, quanto à empresa que atualmente trabalha, e que também trabalha na câmara municipal, entenderam os serviços municipalizados que não reúne condições ou não reunia, mas são os tais custos associados à gestão que a empresa apresentou, que não satisfizeram, e daí esta negociação que se fez agora. Fará chegar os valores às duas bancadas, para análise e comparação, independentemente de, a nível dos encargos, concretamente as tarifas, neste aspeto, virem a partir de janeiro. Poderá dizer que, na linha do pensamento do Sr. Presidente, há serviços que poderão ser desenvolvidos pelos SMAS, e há um que virá a esta reunião de câmara, pois os SMAS vão ser obrigados a fazê-lo pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos - ERSAR, que é relativo à taxa de tratamento das águas residuais. Hoje os SMAS cobram, depois entregam à câmara municipal, e a ERSAR entende que isso não pode ser assim, entende que, se os SMAS fazem a cobrança, essa receita tem que ficar nos SMAS. -----

Lembra que no orçamento da câmara municipal há uma verba que a autarquia entende ter para não sobrecarregar os munícipes com o valor comercial e industrial que essa taxa tem, mas a partir de 1 de janeiro de 2016 terá que forçosamente ser cobrada e ficará nas contas dos SMAS, conforme os serviços foram notificados pela ERSAR, sob pena desta entidade não reconhecer as suas contas. -----

Assim, sobre toda a reformulação que se tem andado a falar, e do tarifário, quando se trouxe a reunião os 0,25%, em que o próprio abordou a questão e disse que a seu tempo ir-se-ia ser confrontado com outra situação, a situação era esta, para 2016. Efetivamente ir-se-ão enviar os valores para a ERSAR aprovar, e depois cá se estará para se discutirem, se é que há alguma coisa para discutir na altura. -----

É isto que se tem que absorver, e como diz o Sr. Vereador Rui Rei, e bem, há tarefas que a própria entidade reguladora irá obrigar a assumir, neste caso na nova faturação. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que acabou por não perceber qual foi, desde a entrada da nova gestão, o serviço de Internet ou telefone, porque não há nenhum problema legal que impeça a partilha de recursos, que os SMAS passaram a fazer em partilha, em que não lançaram o concurso, ou lançou a câmara

municipal ou lançam os SMAS, e depois houve serviços partilhados. -----  
Recorda-se de um último, até porque os serviços podem olhar para ele, que foi a uniformização dos serviços com a Medidata, que passou a ser da câmara municipal e dos SMAS. Na altura houve uma negociação para a aplicação nas duas entidades, câmara municipal e SMAS, com um só concurso, com uma partilha de despesa, e isso estava previsto. -----

Portanto, não há nenhum problema legal nesta matéria. Agora, existem outros problemas, porque existem dois grupos de informática, um na câmara municipal, outro nos SMAS, e existe um "data center" nos SMAS e um outro que ficava debaixo das escadas, no edifício ao pé do mercado. Este não é um problema legal, existe, é um problema de vontade. Não há aqui nenhum problema legal, mas a única pergunta que deixa é o que é que houve de uniformização, que consequentemente dá poupança do que se paga às empresas que prestam os serviços. O que é que, desde as últimas eleições até hoje, se poupou? Em matéria de telefones, o próprio faz uma chamada de um lado e faz uma do outro, pelo que não há nenhum problema. -----

Há um conjunto de coisas genéricas que foi dito, invocou-se a legislação, que não impede coisa nenhuma, e pergunta qual é o prazo que se vai dar para que, ou da câmara municipal ou dos SMAS, aquele que for mais vantajoso possa integrar um e outro. De outra forma, a câmara municipal contrata um acesso de Internet a uma entidade, os SMAS contratam a outra entidade, e mais diferença, menos diferença, entram todos na mesma conduta. -----

Não há nenhuma diferença, a diferença está em quem assina o papel, um é o presidente da câmara, o outro é o presidente do conselho de administração dos SMAS. Quem é que paga? No fim pagam todos a diferença de preço para isto, e no caso da Internet sabe bem do que está a dizer, porque sabe na altura do concurso que os SMAS se preparavam para lançar, e quanto valor a mais se preparavam para pagar, à época, comparado com a câmara municipal. -----

Assim, tem que haver uma tomada de decisão de uniformização dos serviços, uniformizar os custos a ter, não há outra solução. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento por concurso público, as peças do procedimento e composição do respetivo júri, a autorização da



Deliberação nº \_\_\_\_\_

contratação e da despesa, bem como a delegação no Conselho de Administração dos SMAS e posterior remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual. -----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO – JUNTA DE FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 171/15, de 23/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do protocolo de cedência, em regime de comodato, de espaços em edifício municipal, a celebrar com a Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, relativo à sala nº 1 e dois anexos do edifício conhecido por “Escola EB1 de Povos”, sito no Bairro Social de Povos em Vila Franca de Xira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 171/15, de 23/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma dúvida quanto ao ponto 1 da cláusula quinta, que refere que “o presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e cessará a sua vigência no final do primeiro ano de cada mandato autárquico”. Assim, este protocolo é assinado agora e cessa no final do primeiro ano do próximo mandato autárquico, a não ser que as partes, se assim entenderem, o renovem. Neste sentido, já que se quer colocar um prazo, porquê colocar um prazo que onera, obviamente, um próximo mandato autárquico? -----  
Por outro lado, não podem concordar com o ponto 2, que diz que “sem prejuízo do número anterior, sempre que se verificar a mudança do presidente da junta de freguesia o protocolo poderá ser revisto”. O protocolo é feito entre o município e a junta de freguesia, não é entre município e o presidente da junta. É feito com o





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 073 \_\_\_\_\_

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

órgão, e pensa que se se verificar a mudança do presidente da junta de freguesia o protocolo não tem que ser revisto. Aliás, no ponto 3 é referido que “o presente protocolo poderá ser revisto a todo o tempo, por acordo entre as partes” e salvaguarda o resto. -----

Neste momento o presidente é Mário Calado, e se a junta mudar de presidente, até parece que o município, se não gostar do novo presidente, revê este protocolo. Assim, não podem concordar com este ponto 2. -----

Relativamente ao ponto 1, querem saber porque é que efetivamente ficou estabelecido assim, ou seja, a passar de mandato, e não, pelo contrário, se se quiser estabelecer um prazo, terminar o prazo no final do mandato em que é assinado o protocolo. -----

Respondeu o Sr. Presidente que esta matéria foi muito vista com a junta de freguesia, pelo que, naturalmente, para este protocolo estar em análise teve autorização da junta. Contudo, o que diz é que não lhe custa nada o ponto 3 passar a ponto 1, o ponto 4 passar a ponto 2, e os pontos 1 e 2 serem retirados. Se, de facto, todos estiverem de acordo, e se a Srª Vereadora também concordar, não vê nenhuma objeção. -----

Nada move o executivo municipal, o próprio tem uma excelente relação com Mário Calado, e certamente que institucionalmente tem que ter relação com todos. Por acaso tem uma excelente relação pessoal com o atual presidente, mas mesmo que não tivesse tinha obrigação institucional de a ter. Por isso, não vê razão para que não se possa ir ao encontro daquilo que a Srª Vereadora referiu. -----

Assim sendo, retiram-se os pontos 1 e 2, e os pontos 3 e 4 passam, esses sim, a pontos 1 e 2. -----

Pensa que com esta alteração se está em condições de aprovar o protocolo, e pede neste sentido ao Dr. Fernando Barreiros para fazer a alteração ao protocolo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com a alteração sugerida pelo mesmo. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 030

Reunião de 2015/07/01

Procº GAMA.E.0DIV.004.

Deliberação nº 396

1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO – CONSULTA PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 128/15, de 16/06, do GAMA.E, para aprovação da sujeição a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo prazo de 30 dias úteis, do Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 128/15, de 16/06, do GAMA.E, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que, embora o regulamento seja para consulta pública, e virá depois para discussão final, os membros da CDU têm um entendimento, já de há muitos anos, como é do conhecimento, sobre esta situação da abertura das superfícies, e em particular estão contra a abertura ao domingo. Não concordam, embora ela esteja em prática, e é a razão por que votam contra. -----

Acrescentam, quanto ao ponto 2, do artigo 4º, e aos horários para o grupo 3, com a abertura entre as 6h00 e as 4h00 todos os dias da semana, que pensam que é exagerado, até, como o Sr. Presidente sabe, pelas reclamações que tem havido, de uma maneira que não diz que é geral, mas que é recorrente sobre estas situações.- Pensam que também se deve salvaguardar o descanso dos fregueses e munícipes do concelho, e que o horário é exagerado, embora esteja especificado, para estabelecimentos de restauração e por aí fora, dança, espetáculos e outros.



Depende dos sítios onde estão, e não estão de acordo, consideram exageradas as 4h00 da manhã, e reforçam também com isto o voto contra. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Fátima Antunes, cumprimentando os presentes e esclarecendo que, face à legislação atual, a câmara municipal não pode, à partida, restringir ou impor limites de horário. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando se, em boa verdade, era exigível ter este regulamento, porque a lei, que se sobrepõe aos regulamentos municipais, decidiria o que bem entendesse em termos de horários e outras matérias, sendo que o regulamento que se traz hoje é para se ter, apesar de tudo, algum controlo.--

Respondeu a Srª Vereadora que se pode fazer, está previsto por lei, mas a autarquia não é obrigada a ter regulamento, e confirmando que se faz para se ter algum controlo.-----

Atualmente, face ao Decreto-Lei nº 10/2015, a lei liberaliza completamente esta questão dos horários. Até ao final do ano passado os estabelecimentos tinham que dar conhecimento e fazer mera comunicação prévia do horário de funcionamento, mas neste momento nem sequer têm que dar conhecimento à câmara municipal de qual é o horário. -----

O horário é afixado no estabelecimento, e em fase posterior, caso existam queixas, a câmara municipal pode vir a restringir o horário ou mesmo desencadear um processo de encerramento do estabelecimento, que no entanto tem que ser, e isso é contemplado no regulamento e também na legislação, devidamente fundamentado. Tem que haver fundamentação de facto e de direito, de que existe um incómodo para o descanso das populações e das pessoas que moram junto do referido estabelecimento.-----

Têm que se fazer, por exemplo, medições acústicas, e tem que ser consultada uma série de entidades, como vem contemplado no regulamento, aquando da instauração deste processo, e depois que se venha de facto a verificar, ou a restrição de horário, ou mesmo até o encerramento. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que naturalmente se respeita o ponto de vista dos membros da CDU, e questiona se o Sr. Vereador Aurélio Marques quer acrescentar mais alguma questão. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que os membros da CDU têm

conhecimento do decreto, mas como estiveram sempre contra, é uma questão de princípio e são contra a situação. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que às vezes há reflexões que se fazem sobre o comércio tradicional, que são importantes, naturalmente, mas há um fator a que ainda não houve adaptação, que são as alterações da vida das pessoas. Hoje as pessoas têm horários diversos, e muitas das vezes o próprio comércio não está adaptado com horários convenientes para que as pessoas possam também fazer as suas compras, de acordo com horários compatíveis com a sua vida do quotidiano. Portanto, há questões sociológicas que entretanto foram acontecendo, para as quais se tem que estar desperto. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio novamente, dizendo não ter nada a contestar, mas como ex-sindicalista, a situação foi muito debatida, e quanto à questão do domingo, que foi ultrapassada com os governos, não esquece, considerando-se o próprio ateu, e apesar de ter sido alterada na mesma, que o patriarcado e a Igreja, com os sindicatos, eram defensores do descanso ao domingo, até pelas questões das famílias. -----

Embora não seja para rebater o que quer que seja, e está de acordo com algumas coisas, mas, sendo um ateu, quis deixar e relembrar a posição da Igreja. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando, como disse a Srª Vereadora Fátima Antunes, que decorre da lei, e que depois a câmara municipal tem uma função fiscalizadora, mas aí é que pensa que a autarquia não faz o seu trabalho, porque ainda há pouco a própria colocou uma questão com uma queixa que já tem mais de 2 anos, em que o município continua à espera de uma resposta por parte da câmara municipal. -----

Os membros da CDU lá chegarão, quando estiverem a discutir o período antes da ordem de trabalhos, mas lembra a autorização dada, pois à época ainda se dava autorização, para um quiosque na rua 28 de Setembro, na freguesia de Vialonga, que teve "n" problemas, inclusivamente tinha uma esplanada que era colocada do lado oposto da estrada, houve queixas por parte de muitos munícipes junto da câmara municipal e da GNR, mas aquilo que a câmara municipal fez foi nada, e o problema hoje só está resolvido porque a Junta de Freguesia de Vialonga indemnizou quem tinha arrendado o espaço por isto. Aquilo que sabe é que a



Reunião de 2015/07/01

Proc<sup>o</sup> GAMAE.0DIV.004.

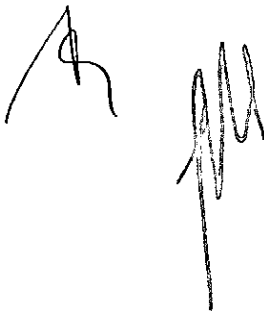
Deliberação nº

câmara municipal deu autorização para o espaço estar aberto até às 2h00 da manhã, e só está resolvido porque hoje o quiosque fechou, felizmente para quem lá mora.-----

É nestas situações que se tem de fazer mais, mesmo que por vezes os munícipes possam não ter razão, mas tem que se dar resposta aos problemas, e esta questão dos horários é muito importante. Como o Sr. Presidente disse, a vida mudou, mas o descanso continua a ser obrigatório, e é um direito dos cidadãos, que se tem de respeitar e fazer respeitar. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que com os votos contra dos membros da CDU o ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ASCENSORES – AVENIDA 5 DE OUTUBRO, Nº 34, ALVERCA DO RIBATEJO – RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO INDEVIDAMENTE-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 98/15, de 18/05, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€, pago indevidamente pela administração do condomínio sito na avenida 5 de Outubro, nº 34, em Alverca do Ribatejo, atendendo a que procedeu ao pagamento de uma inspeção do ascensor nº 371.11.14.1838/9, quando o mesmo estava devidamente certificado.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 98/15, de 18/05, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo, muito rapidamente, que esta situação tem a ver com uma duplicação de recebimento do pagamento duma inspeção aos ascensores certificados. Já na altura em que teve este pelouro estas situações sucediam, e foi por si sugerido que fosse encontrada uma solução informática para a situação. Entretanto, os membros da Coligação Novo Rumo ficaram sem os pelouros, pensavam que a situação entretanto tinha ficado resolvida, e não percebem como é que ainda se cobra 2 vezes a mesma coisa na câmara municipal, com os programas informáticos que possam existir.-----  
Assim, voltam a sugerir ao Sr. Presidente, e tem até uma pessoa muito competente na área, que é o Engº Clemente, estando a própria a sugerir sem se querer meter no assunto, para averiguar como se pode resolver esta questão, para não acontecer de novo, pois dá uma má imagem da câmara municipal.-----  
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que fica a sugestão para se tentar



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 085

Reunião de 2015/07/01

Procº 174/08 CTAE-AE.25

Deliberação nº \_\_\_\_\_

encontrar uma metodologia que evite estas situações.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata     086

Reunião de 2015/07/01

Procº GMAE-00AE.012

Deliberação nº 398

1. Assunto: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXA DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA COM PRAZO PARA SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS DE CARÁTER NÃO SEDENTÁRIO – MITHÓS – HISTÓRIAS EXEMPLARES DE APOIO À MULTIDEFICIÊNCIA---  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 135/15, de 22/06, do GMAE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de apresentação da comunicação prévia com prazo, para serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, solicitada pela Mithós – Histórias Exemplares de Apoio à Multideficiência, para a sua sede funcionar como espaço de bebidas durante o Colete Encarnado, nos dias 3, 4 e 5 de julho de 2015.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 135/15, de 22/06, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de Câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata ' 087

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 393

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 3664/15, de 22/06, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/06/08 e 2015/06/19. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 3664/15, de 22/06, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: LEGISLAÇÃO SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do seguinte:-----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração, que se indicam: -----

Decreto-Lei nº 107/2015, de 16 de junho, I série, que suspende o regime de atualização anual das pensões por incapacidade permanente e por morte resultantes de acidente de trabalho, previsto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de abril; -----

Decreto-Lei nº 108/2015, de 17 de junho, I série, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 290/2009, de 12 de outubro, criando a Marca Entidade Empregadora Inclusiva, reforçando os apoios à qualificação, aos centros de recursos e ao emprego apoiado, bem como ajustando algumas matérias em função da implementação do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade; -----

Portaria nº 179-B/2015, de 17 de junho, I série, que cria a 3ª geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social - Programa CLDS-3G, e aprova o regulamento específico que estabelece as normas orientadoras para a execução do Programa; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2015, de 19 de junho, I série, que determina a adoção preferencial da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP) na troca de informação entre serviços e organismos da Administração Pública, e aprova o regime de utilização e os níveis de serviço iAP; ---

Portaria nº 180/2015, de 19 de junho, I série, que estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2015; -----

Portaria nº 181-C/2015, de 19 de junho, I série, referente à primeira alteração à Portaria nº 97-A/2015, de 30 de março, que adota o regulamento específico do domínio da Inclusão Social e Emprego;-----

Despacho nº 6851/2015, de 19 de junho, II série, que fixa a redistribuição do contingente de estagiários pelas entidades promotoras no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local; -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_


1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2015/06/10 e 2015/06/24, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 091

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 491

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em  
dinheiro: -----

Câmara Municipal:-----

Dotações Orçamentais-----24 538 287,27€

Dotações não Orçamentais----- 1 787 627,02€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----

Dotações Orçamentais----- 4 682 361,01€

Dotações não Orçamentais----- 765 387,33€  
-----

3. Informações/pareceres:-----  
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----

6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – TÉCNICO SUPERIOR – ARMANDO JORGE NEVES BICHO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 3483/15, de 09/06, do DGAFJ/DRH, para aprovação do indeferimento do pedido de rescisão efetuado pelo trabalhador Armando Jorge Neves Bicho, detentor da categoria de técnico superior, no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 3843/15, de 09/06, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara com proposta do seguinte teor: “Propõe-se o indeferimento do pedido pois o mesmo conduz à extinção do posto de trabalho, sendo que o mesmo é necessário”. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata ' 093

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 403

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ADJUDICAÇÃO DO SERVIÇO - AJUSTE DIRETO DO REGIME SIMPLIFICADO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO GABINETE DE APOIO AOS VEREADORES DA CDU -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 3713/15, de 24/06, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à prestação de serviços por ajuste direto do regime simplificado, para o Gabinete de Apoio aos Vereadores da CDU, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 3713/15, de 24/06, do DGAFJ/DRH, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS PISCINAS MUNICIPAIS E COMPLEXO MUNICIPAL DE DESPORTO, RECREIO E LAZER DE VILA FRANCA DE XIRA E PAVILHÕES MUNICIPAIS – ADJUDICAÇÃO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 246/15, de 22/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do relatório final elaborado pelo júri do procedimento relativo à contratação de serviços de limpeza das piscinas municipais e Complexo Municipal de Desporto Recreio e Lazer de Vila Franca de Xira e pavilhões municipais, com adjudicação, para ambos os lotes, ao operador económico JLSM – Serviços, Unipessoal, Lda., no valor total de 181 690,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como da minuta do contrato.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 246/15, de 22/06, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 095

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 435

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM REGIME DE MERCADO LIVRE, PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT) E BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) DO MUNICÍPIO – ANOS 2015/2016 – LOTES 1 E 2 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 172/15, de 24/06, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato para aquisição de energia elétrica, em regime de mercado livre, para as instalações alimentadas em média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) do município – Anos 2015/2016 – Lotes 1 e 2, adjudicada à HEN, Serviços Elétricos, LDA., pelo valor de 668 098,72€.------  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 172/15, de 24/06, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 096

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 400

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 246/15, de 23/06 do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/06/05 e 2015/06/22, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 246/15, de 23/06, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas:-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_



Fl. Ata , 097

Reunião de 2015/07/01

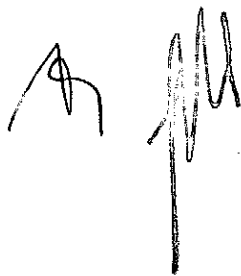
Procº 35/01 GENERI/CM

Deliberação nº 407

1. Assunto: CONFRONTAÇÕES DOS LOTES NA PLANTA DO LOTEAMENTO CASAL DO LAMEIRO – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA - ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 13/69, DE 25/09 – RETIFICAÇÃO MATERIAL DA PLANTA SÍNTESE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 388/15, de 16/06, do DGUPRU/DGU/ST, para aprovação da retificação material da desconformidade existente entre a marcação dos lotes na planta do loteamento e respetivo quadro da planta síntese do loteamento municipal do Casal do Lameiro, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, titulado pelo alvará de loteamento nº 13/69, de 25/09, solicitada por CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 388/15, de 16/06 do DPGQU/DGU/ST, plantas de localização, planta de alterações e planta definitiva, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA DO LOTEAMENTO DA RAPOSEIRA, VERDELHA DE BAIXO – FORTE DA CASA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 397/15, de 23/06, do DGUPRU/DF/SUI, para aprovação da receção provisória das obras de urbanização do loteamento da Raposeira, Verdelha de Baixo, no Forte da Casa, cujo promotor é Malonga – Construções, SA, bem como da redução da caução, prestada através de garantia bancária nº 152-02-0497446, no valor de 259 227,28€, para o valor de 33 000,00€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 397/15, de 23/06, do DGUPRU/DF/SUI, informação técnica nº 81/14, de 22/12, do DGUPRU/DF/SUI, auto de receção provisória e planta de localização, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que fica satisfeito com as alterações, até porque se trata de um espaço onde passa todos os dias quando leva o seu filho à escola, e reparou, efetivamente, que na sequência da vinda do ponto à câmara municipal, da retirada, e depois, da notificação ao promotor, houve o refazer de todo o espaço ajardinado, neste caso do espaço de relva em toda aquela urbanização. -----  
Isto leva a que, das duas uma, ou se faz uma receção automática, sem verificar verdadeiramente o que ali está, ou se faz uma receção indo ao local, sem verificar tudo o que envolve o espaço. Não há muito mais margem para pensar noutra coisa, porque se aquilo não estava bem, não estava bem mesmo antes da



intervenção dos membros da Coligação Novo Rumo na reunião de câmara. Portanto, ficando satisfeito pelo facto daquela população que ali mora, naquela meia dúzia de lotes, passar a ter o jardim mantido, solicita à câmara municipal, antes de se poder votar finalmente, que venha, acompanhado com este ponto, e se disser alguma incoerência, com certeza que o Sr. Presidente ou o Sr. Diretor o corrigirão, a planta de síntese e a planta de espaços verdes. -----

Pensa que se deveriam redefinir os documentos e pareceres que acompanham as receções provisórias e definitivas das urbanizações, e além das infraestruturas, tudo o que vem descrito para se receber, água, saneamento, eletricidade, telecomunicações, espaços verdes, deveriam vir acompanhadas sempre das plantas. Além disso, o técnico devia escrever se o projeto está de acordo, incluindo os espaços verdes, porque a câmara municipal aprova a maioria das urbanizações e também os espaços verdes. Como é que são construídos? Têm 20 árvores? Têm 50? Têm 23?-----

Neste caso não sabe se são todas aquelas árvores, se falta alguma, se não falta, e pensa que deveria vir tudo, e vir para as futuras urbanizações. Devem-se interpretar os instrumentos e estudos que se contratam, e muitos deles bem, ou a maioria deles bem, para não dizer, todos bem, são um conjunto de instrumentos do qual se deveria retirar algum valor. -----

Todos os instrumentos contratados nos últimos anos, mesmo este, que ainda não foi apresentado, da regeneração e reabilitação urbana, passando para trás, no PDM, e ainda mais atrás no plano estratégico, além de falarem do conflito de usos, falam da paisagem, e tem que se preservar a paisagem, que não é só o que se tem nalgum caso de bom, é quando se produz algo novo no território, que tem de ter qualidade, e tem que ser preservado para futuro. Se se pedir a um promotor imobiliário que construa um espaço verde, para ele custa tanto fazer bem, como fazer mal, é igual, e, quando, por alguma razão, aquilo não corre bem, tem que se corrigir, e se corre bem, tem que se ter obrigação de o manter. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo queriam, a partir de hoje, e para futuro, em todos os loteamentos, que viessem estes documentos, e que uma das componentes importantes fosse efetivamente a dos espaços verdes, e não é só dizer se está conforme com o projeto, é vir o projeto, e dizer se efetivamente o que



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 100

Reunião de 2015/07/01

Procº 14/02 LOTEPDM

Deliberação nº \_\_\_\_\_

lá está bate certo com o projeto. Se houve uma alteração, então que se diga que houve uma alteração, e que bate certo com as telas finais que foram entregues, para receção. -----

Não fala com nenhum sentido de dizer que os técnicos tiveram o objetivo de fazer algo errado, não é nada disso, pensa é que se deve olhar para isto, porque vai custar a todos a seguir. Se se receber mal, ou se se deixar que se faça mal, a seguir vai-se ter que, mais tarde ou mais cedo, fazer bem. Neste sentido, se não se tivesse pedido ao promotor que corrigisse todo aquele espaço de relva, mais tarde ou mais cedo seria a câmara municipal que o ia fazer, porque os moradores do espaço viriam à câmara municipal reclamar aquele espaço, e a mesma teria que o corrigir. -----

Volta a chamar à atenção que era absolutamente essencial que se prolongassem aqueles passeios até Alverca do Ribatejo, até à Verdelha, se prolongassem os passeios até à zona marcadamente urbana do Forte da Casa, e se resolvesse o problema do restaurante que ali está, que nos seus tempos de miúdo estava aberto e tinha muitos clientes, que era o restaurante e a pensão. A verdade é que não sabe se a câmara municipal hoje tem conhecimento ou não de quem são os proprietários daquele espaço, contudo, tendo conhecimento ou não, é perfeitamente possível, mesmo não tendo conhecimento, que se faça o prolongamento do passeio naquela zona até Alverca e até aos marcos que lá estão, das portas de Lisboa. Era absolutamente essencial que se enquadrasse toda a zona naquela zona urbana, porque hoje não há diferença desde a Póvoa de Santa Iria a Alverca, e deve-se é preservar a integridade física das pessoas, pois muita gente continua a fazer aquele caminho a pé, e a fazer aquele caminho a praticar exercício físico. Ainda hoje de manhã andavam várias pessoas a fazê-lo, pelo que se tem a obrigação de dar segurança e melhorar o espaço público em toda esta zona urbana do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há duas questões. A primeira é que efetivamente todas as matérias que o Sr. Vereador colocou, e não é a primeira vez que o faz, verdade se diga, estão absolutamente definidas na informação do loteamento Vila Rio, da TD Via. É uma matriz de procedimentos que vem ao encontro do que o Sr. Vereador referiu, e por isso, se o mesmo recuperar essa



informação, verá que as questões estão todas já definidas e assumidas para novas urbanizações, novos loteamentos. -----

Agora, neste caso, o que lá se tinha era um prado de sequeiro, pediu-se ao urbanizador, quanto ao prado de sequeiro junto àqueles lotes, se tinha capacidade de fazer um esforço adicional, duma outra sementeira de relva, e foi isso que ele fez, com rega automática, etc. Portanto, houve da parte do urbanizador um esforço adicional para melhorar, inclusivamente aquilo que estava previsto, uma vez que o que estava previsto efetivamente era prado de sequeiro. -----

Sobre as urbanizações antigas e os processos que se têm vindo a fechar, mas ainda há muitos, muitas das vezes os projetos referem só “zona verde”, em termos latos, não dizem mais nada. Aí, hoje em dia, na sua opinião, tem que se ter uma outra atitude. Em primeiro lugar, quanto às questões da manutenção e gastos com a manutenção de zona verde, porque houve um momento, como há pouco se falava, que era “zona verde”, sem cuidar das dificuldades financeiras que isso acarretava em termos de manutenção e, sobretudo, não menos importante, dos gastos de água para a rega, e ter-se-á que evitar ao máximo que assim seja. -----

Por isso, há determinadas situações cujos projetos não estão suficientemente claros, só dizem “zona verde”, e deve-se ter a obrigação de encontrar outras soluções, que concorram para, por um lado, ter menos gastos financeiros na manutenção, e menos gastos em termos da rega, pois de outra forma ir-se-ia gastar muito mais água. -----


Há várias situações que são distintas, há o futuro, tendo que se ter uma visão completamente diferente, e há o passado, com o qual se tem de conviver, de acordo com aquilo que são as dificuldades da câmara municipal nos dias de hoje. Por exemplo, ter uma caldeira com algumas árvores e o empedrado, com um banco e um mobiliário urbano, pode ser muito mais interessante do que ter uma zona verde, que se calhar se vai ter dificuldade em manter, porque o terreno é muito inclinado ou por outras questões. Assim, há vários olhares que se têm que ter sobre situações que são completamente diferentes. -----

Como o Sr. Vereador sabe, a câmara municipal tem urbanizações ainda por fechar, algumas com mais de 20 anos, ou por aí, e tem que se compatibilizar tudo isto. Muitas das vezes, quando se diz que não se pode fazer receção definitiva desta







A



1. Assunto: ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO DO LOTEAMENTO DO BAIRRO OLIVAL DA PORTA – VIALONGA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 843/15, de 17/06, do DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao contrato da empreitada de enquadramento paisagístico do loteamento do bairro Olival da Porta, em Vialonga, repartida nos anos de 2015 e 2016, com a duração de 210 dias.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 843/15, de 17/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que gostaria de pedir um esclarecimento, porque este bairro, o Olival da Porta, desde há muito que tem tido problemas, desde que foi feita a sua construção, e há zonas que ficaram por terminar. Agora aparece o enquadramento paisagístico, e os membros da CDU estão plenamente de acordo que é necessário, mas perguntam se não há garantias bancárias. Não se pode acionar nada? É à custa da câmara municipal que vai ser feito este enquadramento? Consideram que este bairro devia ter garantias bancárias, que devem ser acionadas.-----  
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que se acionaram, só que avançou uma outra ação contra a câmara municipal, que neste momento está a prosseguir. Até diz que a garantia bancária, salvo erro, é no valor de 37 000,00€ ou 27 000,00€, não faz ideia, é qualquer coisa assim, o que também não dá para grande coisa.-----

De qualquer modo veio a reunião de câmara o acionamento das garantias, esse procedimento teve o seu percurso, os visados recorreram e o processo está em tribunal. Agora, não se pode é esperar que este processo seja resolvido em tribunal para fazer já aquilo que é possível fazer. -----

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que aproveita também para dizer que crê que as bocas de incêndio deste bairro não estão a funcionar. Já que se está, e bem, interessado em resolver o problema desta zona, que se pudesse também ver, e crê que serão os SMAS, se se confirma este problema, porque é também algo que atormenta um bocado aquela população. ----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, para fazer só um complemento, rápido, dizendo que no último Conselho Municipal de Segurança fez um apelo aos Srs. Presidentes, como entidade mais próxima no local, que lhe fizessem chegar um levantamento. Neste momento há um processo a nível de todo o concelho que os SMAS já iniciaram, de recuperação e verificação de todas essas chamadas bocas de incêndio, e está à espera que lhe chegue essa informação, mas isso está a ser feito. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata \_\_\_\_\_ **105**

Reunião de 2015/07/01

Procº 3/15 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_ **410**

1. Assunto: RECARGAS DE PAVIMENTOS 2015 – NOMEAÇÃO DE COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 854/15, de 18/06, do DOVI/SOE, para aprovação da nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra da empreitada de “Recargas de Pavimentos 2015”, bem como da emissão de declaração de nomeação da coordenadora de segurança em obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela mesma. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 854/15, de 18/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.--  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 106

Reunião de 2015/07/01

Procº DOVSM.09.01.11.24

Deliberação nº 411

1. Assunto: REMODELAÇÃO DA RUA DR. MIGUEL BOMBARDA - 1ª FASE – VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 819/15, de 15/06, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada de remodelação da rua Dr. Miguel Bombarda – 1ª fase, em Vila Franca de Xira, adjudicada à FCJ – Obras Públicas, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 819/15, de 15/06, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata " 107

Reunião de 2015/07/01

Procº 1/15 DOVSM-EMP

Deliberação nº 412

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DA RUA LUÍS DE CAMÕES – VILA FRANCA DE XIRA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 129/15, de 29/05, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 266,81€, com IVA incluído, pago pela Nicolau de Macedo, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de requalificação da rua Luís de Camões, em Vila Franca de Xira. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 129/15, de 29/05, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 88/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela FCM – Cofragens & Construções, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 88/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 121/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Alves Ribeiro, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 121/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 110

Reunião de 2015/07/01

Procº 8/15 DOVSM-EMP

Deliberação nº 415

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 123/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela CASALVA – Construção de Avô, Lda., pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 123/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 111

Reunião de 2015/07/01

Procº 8/15 DOVSM-EMP

Deliberação nº 416

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 124/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Construtora Udra, Lda., pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 124/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 126/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Tecnorém – Engenharia & Construções, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 126/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 113

Reunião de 2015/07/01

Procº 8/15 DOVSM-EMP

Deliberação nº 418

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 127/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Costeira – Engenharia e Construção, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 127/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 146/15, de 16/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela CIP - Construção, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 146/15, de 16/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 147/15, de 16/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Baião Pereira & Fernandes, Lda., pelas peças do procedimento para a empreitada de Construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 147/15, de 16/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 116

Reunião de 2015/07/01

Procº 201/15 DOVSM-CT

Deliberação nº 421

1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – PROVA DESPORTIVA 1ª CORRIDA CIDADE DE ALVERCA – ASSOCIAÇÃO PORTUGAL TALENTUS – ISENÇÃO DE TAXAS ----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 775/15, de 01/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pela Associação Portugal Talentus, para a realização de uma prova desportiva designada por “1ª Corrida Cidade de Alverca.” -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 775/15, de 01/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 117

Reunião de 2015/07/01

Procº 183/15 DOVSM-CT

Deliberação nº 422

1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – CONCENTRAÇÃO DE MOTARDS 2015  
– ISENÇÃO DE TAXAS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 760/15, de 27/05, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pelo Moto Clube de Alhandra, para a realização do evento anual de concentração de motards 2015.-  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 760/15, de 27/05, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 118

Reunião de 2015/07/01

Procº 224/15 DOVSM-CT

Deliberação nº 423

1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – V MERCADO MEDIEVAL – CBEI – CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL – ISENÇÃO DE TAXAS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 847/15, de 18/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 413,12€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pelo CBEI - Centro de Bem Estar Infantil, para a realização do V Mercado Medieval. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 847/15, de 18/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – 9º PASSEIO DE BTT/6ª CAMINHADA ESCOLAR – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ISENÇÃO DE TAXAS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 838/15, de 17/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pelo Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde, para a realização de um passeio de BTT e de uma caminhada. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 838/15, de 17/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

*[Handwritten signature]*

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • 120

Reunião de 2015/07/01

Procº 227/15 DOVSM-CT

Deliberação nº 425

1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – FESTIVAL DE FOLCLORE DO RANCHO FOLCLÓRICO DE ARCENA – DESFILE DE RANCHOS FOLCLÓRICOS – ALVERCA DO RIBATEJO – ISENÇÃO DE TAXAS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 840/15, de 18/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 103,28€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pela Casa do Povo de Arcena, para a realização do Festival de Folclore do seu rancho folclórico. --  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 840/15, de 18/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

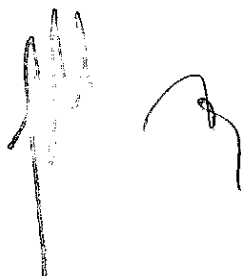
Fl. Ata 121

Reunião de 2015/07/01

Procº 217/15 DOVSM-CT

Deliberação nº 426

1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – 42º CRUZEIRO DO TEJO – SECÇÃO NÁUTICA DO ALHANDRA SPORTING CLUB – ISENÇÃO DE TAXAS-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 848/15, de 18/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito, no valor de 413,12€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pela Secção Náutica do Alhandra Sporting Club, para a realização do 42º Cruzeiro do Tejo. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 848/15, de 18/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: CONDICIONAMENTO DE TRÂNSITO – EVENTO DE DESCIDA DE CARRINHOS DE ROLAMENTOS – ALTERAÇÃO DE DATA – CLUBE RECREATIVO E DESPORTIVO DE TRANCOSO – ISENÇÃO DE TAXAS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 793/15, de 15/06, do DOVI/SOE, para aprovação da isenção do pagamento da taxa de condicionamento de trânsito referente ao evento de descida de carrinhos de rolamentos, cuja data foi alterada, no valor de 38,62€, ao abrigo do nº 5, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2015, solicitada pelo Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 793/15, de 15/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----

*[Handwritten signature]*

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DO CONCELHO – ANEXO PARA A FREGUESIA DE VIALONGA – DISCUSSÃO PÚBLICA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna n.º 787/15, de 03/06, do DOVI/SOE, para apreciação do projeto de alteração ao regulamento de trânsito do concelho – Anexo para a freguesia de Vialonga, tendo em vista a sujeição a consulta pública, pelo período de 30 dias.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 787/15, de 03/06, do DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para apreciação visando consulta pública.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • 124

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 429

1. Assunto: PROGRAMA FÉRIAS DESPORTIVAS DE VERÃO 2015 – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – UNIÃO DESPORTIVA VILAFRANQUENSE-----  
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 218/15, de 22/06, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a União Desportiva Vilafranquense, referente ao Programa de Férias Desportivas de Verão 2015.-----  
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 218/15, de 22/06, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Pelas 12h38, o Sr. Presidente interrompeu as respostas relativas ao período antes da ordem do dia, para dar a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com as restantes respostas. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata • 126

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
CONDICIONANTES PARA A MOBILIDADE – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a munícipe, Srª Manuela Madeira, cumprimentando todos ao presentes e começando por pedir ao Sr. Vice-Presidente que, for favor, leia com atenção toda a informação que lhe tem enviado, e que em democracia tenha a bondade de lhe responder, e não só, de resolver também. -----

O que a traz hoje também são outras situações graves, sendo que há 2 dias levou a sua cadeira de rodas elétrica à rua Luís de Camões, que está a ser requalificada, e verificou, até ao fim, que não há um único piso rebaixado para cadeira de rodas e para pessoas com mobilidade reduzida. Inclusivamente, teve o cuidado de levar uma pessoa consigo e medir, e há passeios que a certa altura têm 23cm de altura. É impensável uma cidade requalificar-se desta maneira, tanto mais que a Mithós, onde faz voluntariado, há 2 dias fez uma ação de sensibilização exatamente sobre as barreiras arquitetónicas. -----

Uma outra questão é sobre a reabertura do Posto de Turismo, no antigo Café Central, que sofre do mesmo erro, aliás, a única porta onde eventualmente uma cadeira de rodas entra é uma lateral, que está fechada, por arrumação interna, e não se pode abrir. Possivelmente terá lá mobiliário, porque ainda não pôde lá entrar, como se calcula, pois a cadeira não sobe, já que para subir, esforça a cadeira, os gastos depois serão seus, e isso não é viável. -----

São estas coisas que a câmara municipal tem que rever urgentemente, cada vez há mais pessoas em Vila Franca de Xira e arredores com cadeiras de rodas, manuais, elétricas, “scooters” de mobilidade reduzida, que em países como a Holanda, Bélgica e Inglaterra já existem há cerca de 40 anos. -----

Pensa que é de bom-tom, de facto, os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente terem isto em conta e retificarem com alguma urgência esta situação. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que, como a Srª Manuela já observou, a obra da rua Luís Camões está suspensa, não está concluída, e como não está concluída, há alguns aspetos que a munícipe referiu que estão previstos no próprio projeto, ou seja, como aliás se tem feito, sempre que as obras na rua Alves Redol ou outra artéria coincidem com as festas de Vila Franca de Xira, nomeadamente o Colete Encarnado, têm que se suspender, e retomá-las depois do Colete





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 127

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Encarnado. Por isso mesmo esta questão da mobilidade, e do rebaixamento de passeios, é uma matéria que está prevista, que ainda não está feita, porque a obra não está concluída. -----

A obra está suspensa, é retomada depois do Colete Encarnado, e a munícipe terá oportunidade de verificar se o que está a dizer é assim ou não. Os munícipes com mobilidade reduzida é que têm os problemas, quem, felizmente, não os tem, às vezes não tem essa noção, e têm que ser associações como a Mithós, ou pessoas, individualmente, a chamar à atenção que, de facto, tem de haver um outro olhar. É neste contexto que lhe parece que a sociedade cada vez está mais desperta, e não é porque queira, mas porque também chegam estas indicações, reclamações ou reivindicações, que são sempre bem-vindas, não incomodam nada, porque é para melhorar. -----

Por isso, na rua Luís de Camões os serviços vão completar a obra, e se houver algum aspeto que a munícipe considere, até mesmo no seu próprio decorrer, que suscita dúvidas, o Sr. Vereador António Oliveira terá todo o gosto em falar com a mesma. -----

Quanto à questão do Posto de Turismo, solicita à Drª Maria João Carraça para analisar, pois é uma matéria para a qual vão ter de olhar os dois, no sentido de verificar se há alguma solução que permita que qualquer pessoa possa aceder ao novo Posto de Turismo. -----

As obras foram feitas para que as pessoas possam usufruir de um equipamento melhor, e toda a gente tem que lá entrar, pelo que se verá se há condições de resolver. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

PONTO DE SITUAÇÃO DA 3ª e 4ª FASES DO FORTE DA CASA -----

Interveio o munícipe, Sr. Paulo Peixoto, cumprimentando os presentes e dizendo que a sua dúvida é saber em que ponto de situação está a urbanização do Forte da Casa, neste caso das 3ª e 4ª fases. Pretende saber se já foram feitas diligências com os empreendedores que lá investiram, que neste momento estão a ser gozados. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que este é um processo muito complicado, como se sabe, e a câmara municipal tomou uma decisão de anular o alvará do loteamento, num determinado contexto. Há várias ações em tribunal, estão a decorrer, e ir-se-á ver como é que esse processo em tribunal se decidirá. -----

Não vai fazer futurologia, porque na justiça nunca se sabe o que vai acontecer, pode acontecer muita coisa, mas vai-se esperar que a justiça decida em tribunal o que vai acontecer. -----

A câmara municipal pretendia, e ainda pretende, pelo menos o próprio, e fala por si, mas a sua competência é limitada, que aquele loteamento devia ser completamente reformulado, ou seja, as tipologias das habitações já não são aquelas que o mercado hoje necessita, o loteamento não tem espaços de serviços praticamente nenhuns, muito poucos, e um loteamento com aquelas características deve ter serviços vários, lavandarias, cafés, restaurantes. Não está praticamente nada disto previsto, há algumas alterações em termos de arruamentos e outros, que eram necessários também melhorar, e isso só se consegue com uma alteração ao loteamento. -----

Tentou-se que acontecesse com o antigo urbanizador, José Maria Duarte Júnior, o processo ainda teve alguma evolução, mas com o falecimento dele e sua esposa, e depois do filho mais velho, foi quase tudo de seguida, os herdeiros renegaram a herança. Pensa que, provavelmente, se fosse boa, talvez não o fizessem. -----

É uma prerrogativa que têm, e esta matéria é como se fosse uma espécie de insolvência. Numa insolvência ainda há alguém, que é o administrador de insolvência, com quem se consegue falar, mas numa situação destas é o Ministério Público, que agora vai ter que fazer caminho no sentido de, também, sobre esta matéria, se pronunciar. -----

Depois, já propôs aos proprietários com mais lotes neste loteamento que agora, ao fim ao cabo, não existe, foi anulado, se constituíssem em comissão. Bem sabe que nas Finanças é outra coisa, mas tecnicamente, na câmara municipal, o loteamento foi anulado. O que os proprietários hoje dizem e reivindicam é que essa decisão seja revogada, pelo menos alguns proprietários assim o têm exigido. -----

A câmara municipal tem passado algumas declarações, para efeitos de IMI, para não estarem a ter um encargo, em termos de IMI, de loteamento urbano, porque, ao fim ao cabo, para obviar a situação aqueles lotes deviam passar a rústicos para não pagarem tanto IMI, e em algumas situações é o que a câmara municipal tem vindo a fazer.-----

Como disse, propôs, até numa reunião com advogados, representantes de alguns desses proprietários, que se constituíssem em requerentes para se poder alterar o loteamento, mas tem que ser um loteamento completamente diferente daquele, provavelmente com menos fogos, com uma série de questões que pensa que seria muito mais útil para os proprietários. Portanto, neste momento está-se num impasse, porque não há interlocutor, deixou de se ter interlocutor.-----

Interveio o munícipe, só para um aparte. Assim, visto que o próprio e o seu pai têm vários lotes no loteamento, e não terem metido uma ação em tribunal, queriam saber porque é que também não foram informados das referidas diligências, de reuniões para futuras ações. Têm vários lotes nesse empreendimento, neste caso até na 3ª fase, optaram por não meter uma ação em tribunal, e nunca foram informados, de maneira nenhuma, sobre as intenções da câmara municipal, e de reuniões feitas em que, neste caso, deveriam ter estado presentes. -----

Será necessário meter uma ação em tribunal para ser ouvido?-----

Interveio o Sr. Presidente, questionando se o titular é o Sr. Gabriel Peixoto, ao que o Sr. Paulo Peixoto esclareceu que o seu pai é o titular, e é a pessoa que está ao seu lado.-----

O Sr. Gabriel Peixoto interveio, apresentando-se e informando ser uma empresa em nome individual.-----

Esclareceu o Sr. Paulo Peixoto que é uma coisa que já não se faz, porque numa empresa em nome individual não pode haver insolvência e essas coisas. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que sobre isso não há qualquer dúvida. ----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o munícipe, Sr. Paulo Peixoto, questionando, sobre o futuro nó da autoestrada, se há algum planeamento para a abertura naquele local, como estava previsto. -----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente interveio, respondendo que a câmara municipal já tentou em tempos demolir o viaduto, mas não se pode fazer. Aquelas infraestruturas nunca passaram para a câmara municipal, o viaduto ainda não foi cedido à câmara municipal em termos de infraestruturas, e aquilo que pode dizer, em termos gerais, é isto, não consegue dizer muito mais, porque não tem outra informação precisa.---



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

132

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 132

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----  
PERDA DE ÁGUA NA QUINTA DA VINHA – ESTRADA DA SUBSERRA – SÃO JOÃO DOS  
MONTES-----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Horta, cumprimentando os presentes e começando por dizer que junto ao parque infantil, na Quinta da Vinha, na estrada que vai para a Suberra, há uma perda de água já há meses, e não se percebe. Quando se fala que há tanta falta de água, não se percebe porque é que há ali aquele desperdício de água, e nunca mais é arranjado. Pensa que há qualquer coisa que não está certa, quando se fala que a água é um bem tão essencial, e depois está-se a desperdiçar aquela água toda. -----

A água está junto ao parque, para dentro da estrada da Suberra, e está ali a correr, dando-lhe a impressão que o tubo está roto por baixo. Aquilo não se vê, o que se vê é a água que vem de lá. -----

O Sr. Presidente interveio, respondendo que já se responderá, apesar de que a resposta será só no sentido de analisar o que se passa, sendo que se a responsabilidade é dos SMAS, tem que se resolver, naturalmente.-----

Interveio de novo o munícipe, respondendo que não sabe de quem é a responsabilidade, tem a certeza é que não se admite estar ali aquela perda de água há tanto tempo, passando tanta gente da câmara municipal por aí acima. Assim, qualquer pessoa vê, só não vê quem deve ver. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador António Oliveira vai analisar qual é a proveniência da água, e se for dos SMAS tem que resolver. Se não for, se for da EPAL, tem que se fazer, junto da EPAL, aquilo que é necessário para a mesma reparar a conduta. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 133

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

TRAÇO CONTÍNUO NA ESTRADA DE SUBSERRA – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Horta, referindo-se à estrada que vai de Alhandra à Suberra, em que agora, a partir de uma certa altura, tem um traço contínuo. São cerca de 800m, da Suberra, onde estão as vivendas, mas as pessoas estacionam lá, principalmente um indivíduo que foi comandante do posto da GNR ou foi na Castanheira.-----

Está a falar junto ao fundo da Quinta da Suberra, e de um senhor que mora ali, sendo que não sabe porque é que lá se pôs aquele traço contínuo, mas com certeza que foi para proteção, porque havia ali alguém que passava a acelerar demais, mas esses não pagam, quem paga são os outros.-----

Em conclusão, está lá aquele traço contínuo, está esse senhor, que constantemente põe lá o carro, liga os 4 piscas, sendo que, se virasse à esquerda, logo na mesma direção, punha o carro fora da estrada, pois tem espaço para o fazer, mas não, para ele é melhor pôr lá o carro. -----

Questiona-se com o que acontece com o próprio, que passa ali muitas vezes, como com os outros, que têm de passar o traço contínuo, e qualquer dia o que falta é aquele senhor pôr lá o carro, para terem que passar o traço contínuo, e depois o senhor pôr um colega dele a tirar fotografias, para serem multados.-----

Não quer dizer que é só ele, há pessoas que vão ali arranjar a relva dalguns moradores e põem os carros lá, pelo que os outros, de que o próprio faz parte também, constantemente têm de andar a prevaricar, por causa deles. -----

Contudo, aquilo tem espaço, é só uma questão de dar 10 ou 20 metros, mas é assim todos os dias. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se tentará, sobre esta questão, dizer alguma coisa. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

O Sr. Presidente interveio, respondendo que se vai avaliar se há condições para fazer ali uma desratização, para que não haja esses problemas que o Sr. Manuel Horta acabou de referir. -----





Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

135

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 135

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

CARTA RECEBIDA SOBRE A AUGI DA QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES---

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Horta, referindo que há coisas graves, e que aquela a que se vai referir não é grave, ultrapassa o bom senso seja de quem for. -- Assim, no dia 22 de abril recebeu uma carta, vindo lá que era da comissão da administração conjunta da AUGI da Quinta da Ponte, onde dizia, numa parte: "Servimo-nos do presente meio para informar que o lote supramencionado, de que V.Exª é titular, encontra-se entre os lotes com valores em dívida à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, referentes às infraestruturas e loteamentos desta AUGI, e que integram os custos de reconversão. Tais dívidas são garantidas por hipoteca legal, ao qual teremos de registar juntamente com o alvará. O registo da hipoteca terá o custo de 70,00€, de emolumentos e despesas administrativas. Para o caso de pretender obstar a tal custo poderá ainda proceder ao pagamento das despesas de infraestruturas em dívida, no montante a seguir indicado, à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, até ao dia 24 de abril". -----

Recebeu a carta no dia 22 à tarde, aquilo era pagável até ao dia 24 de abril, e agora o que diz é que o lote 278 deve, de infraestruturas, 2 969,00€, pois na vida não tem nada a esconder. Isto anda ali há não sabe quantos anos, mas só quando faltavam 2 dias para o fim do prazo para pagar é que recebe uma carta. No dia 23 veio à câmara municipal, pensou que fosse um erro, um engano que estivesse ali, e pensava que não devia nada, mas no fim devia. Confrontou uma senhora lá, já não se lembra qual era, que depois lhe fez ver que afinal era assim, mas havia um engano. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que depois se vai analisar a situação e responder. -----

Interveio de novo o munícipe, referindo que também não quer agora uma resposta, têm é que se denunciar certas coisas. Quer uma resposta, só que há coisas que se passam neste concelho que não estão bem, e se fosse falar delas tinha muita coisa que falar, mas não se pode calar. Não pode passar a vida a andar a "comer aquilo que não gosta", tem que vir dizer algumas coisas que não estão bem. A situação irrita-o, dá cabo dele e não o deixa dormir. -----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que também não é motivo para isso, há



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata , 136

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que também não é motivo para isso, há situações muito mais complicadas. O problema é resolúvel, vai-se tentar perceber o que aconteceu, mas o munícipe tem que lhe dar algum tempo para se analisar, pois agora não consegue responder. Já se percebeu a questão, e vai-se analisar o documento que o munícipe tem, para perceber o que aconteceu.-----

Interveio o Sr. Manuel Horta, referindo que já passou muito tempo, dezenas de anos, trinta e tal, e agora pensava que estava descansado, mas volta ao mesmo outra vez. Foi falar com a Engª Carla Alcobia já vai mais de um mês, disseram-lhe que depois recebia uma resposta, mas não pode andar toda a vida nisto, pelo que então o Sr. Presidente verá, e depois diz-lhe. -----

Referiu o Sr. Presidente que tem todo o gosto em receber o munícipe, que lhe está a colocar a questão hoje. O munícipe vem já em desespero de causa, e as coisas têm que ser tratadas num outro nível. -----

Interveio de novo o munícipe, referindo que se toda a gente fizesse aquilo que devia, não era preciso o próprio estar aqui, nem haver nada disso, só que as pessoas não fazem. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo, quanto a esta carta que o munícipe recebeu da câmara municipal, que o que pode dizer é aquilo que já disse, o Sr. Manuel Horta pode falar imediatamente com o diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, e depois marcar uma reunião com o próprio, para um esclarecimento, se calhar já com outras informações que não tem neste momento, no sentido de tentar perceber o que aconteceu e encontrar uma solução, bem como que isso não tire o sono ao munícipe, porque julga que também não é caso para isso.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata . 137

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

AGRADECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL -----

Interveio o munícipe, Dr. Teodoro Roque, cumprimentando todos os presentes e referindo que pretende apenas expressar, perante o executivo municipal, e naturalmente as forças políticas que o compõem, o seu agradecimento pelo que deram, ao longo dos 9 anos em que foi exercendo funções na construção dum projeto educativo, numa clara responsabilidade por aquilo que sempre entendeu como um serviço público local de educação. -----

Naturalmente que sem o apoio do executivo municipal muitas das questões que eram colocadas diariamente não tinham tido a resolução tão próxima e oportuna, sendo que procurou sempre aquilo que eram as melhores respostas para servir as gentes da sua terra, neste projeto que iniciou, primeiro numa escola, que agora deixa num agrupamento composto por 6 estabelecimentos de ensino. Assim, quer publicamente testemunhar esse agradecimento, dizendo que com esta experiência que adquiriu, a par de outras que também foi adquirindo, pela disponibilidade que foi tendo e pelas informações que foi partilhando, sai naturalmente mais completo para o início de funções que irá agora, em setembro próximo, exercer no Ministério da Educação. -----

Todas as forças políticas estiveram presentes e puderam dialogar com o próprio sobre aquilo que entende sobre a educação, e é mais forte aquilo que os une do que o que os divide, e de certeza, mesmo quando algumas coisas não correram bem, que encontrarão em si sempre o diálogo, só é preciso que o queiram ter, e estará sempre disponível para se poderem encontrar as melhores soluções. -----

Desta forma, agradece, e espera não ter ultrapassado o tempo que lhe estava reservado. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que a postura da câmara municipal em relação a todos os agrupamentos é a mesma, ou seja, colaborar, no sentido de que a educação no concelho os honre e orgulhe, e felizmente é isso que acontece em termos gerais. -----

Nem sempre se está de acordo sobre um aspeto ou outro, mas também faz parte das reflexões que se fazem, e quer dizer ao Dr. Teodoro Roque que no tempo em que esteve no agrupamento Alves Redol conseguiram fazer muita coisa em prol,



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assim sendo, deseja ao Dr. Teodoro, no desenvolvimento do trabalho que agora vai fazer, as maiores felicidades.-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ' 139

Reunião de 2015/07/01

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

RUÍDO PROVENIENTE DA A1 – QUINTA DA GRINJA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o munícipe, Sr. António Fernandes, dizendo que o caso que o traz hoje e a outros moradores é que reside na Quinta da Grinja, na rua Soeiro Pereira Gomes, que tem traseiras para a autoestrada, e já alguns anos, pois continua ali a viver já há bastantes anos, que durante a noite é impossível descansar com o ruído da autoestrada, dos camiões a passarem na autoestrada.-----

Têm verificado que ao longo da autoestrada que atravessa Vila Franca de Xira têm sido colocadas barreiras acústicas para minimizar os problemas do ruído, mas naquela zona, sobretudo na que fica virada para os prédios da Quinta da Grinja, nomeadamente entre os quilómetros 22450 e 22800, do lado norte/sul, não se colocaram barreiras acústicas, e durante a noite o ruído é insuportável.-----

Vivem para cima de 1 000 pessoas naqueles condomínios, naqueles prédios, são cerca de 10 prédios afetados, uma média de 15 fogos por cada prédio, pelo que existem ali 1 000 pessoas que são neurologicamente afetadas pela falta de descanso, provocada pela falta de barreiras acústicas na zona.-----

Agradecem à câmara municipal, e não sabem quais são os procedimentos que têm que fazer, se é necessário irem à comunicação social, Junta Autónoma de Estradas, ao proprietário, aos concessionários da Brisa ou à junta de freguesia, seja onde for, para resolver ou minimizar o problema da falta de barreiras acústicas naquele troço, que são apenas uns 350 metros, mas que afetam para cima de 1 000 pessoas. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o munícipe não tem que fazer nada. Se entender fazer alguma diligência, naturalmente o fará, mas na base desta informação que deixou a câmara municipal, junto da Brisa, vai exigir, tal como o fez em outras áreas residenciais, a colocação das barreiras acústicas. Não foi simples, foi uma luta de muitos anos, em alguns casos, nomeadamente em Alverca, na zona do Bom Sucesso, mas estão feitas. -----

Com as barreiras acústicas vai-se minorar a situação, em alguns casos vai-se resolver, mas em termos da própria autoestrada é um corredor que fica ali, com barreiras dum lado, barreiras do outro, só que também não vê outra alternativa para resolver. É uma questão que ao longo dos anos a câmara municipal tem vindo



Reunião de 2015/07/01

Deliberação nº

Esclareceu o Sr. Presidente que o projeto da Brisa, em termos de barreiras acústicas, é um pouco por todo o país, também no concelho, e espera que tenha contemplado também a Grinja, mas não sabe, não tem a certeza disso, porque está-se a falar de fatores económico-financeiros. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

final



Reunião de 2015/07/01


Deliberação nº **430**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. \_\_\_\_\_





Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/07/29, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Vítor Moreira e João Pedro Baião, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -